

HABITAÇÃO

Desde 2006, Escritório de Tecnologia Social da UFC oferece assistência técnica

CIDADE

Como normatizar o espaço público e urbano diante da crescente poluição visual?

CULTURA

Os incentivos para o setor no Ceará existem, mas esbarram em desafios elementares

universidade

PÚBLICA

JUL_AGO / 2012

ano 12. nº68

Envelhecimento autorizado, pode ser aberto pela E.C.T.

IMPRESSO

VERGONHA QUE PERSISTE

Intimidadas, mulheres resistem em denunciar a violência física e psicológica que sofrem até mesmo dentro de casa

Para ser bom pra gente, tem que ser bom pra você.



Não basta ser o banco brasileiro de maior presença no mundo para ser bom. Também tem que ser bom para o planeta. É por isso que o Banco abraçou a conservação das águas brasileiras com o programa Água Brasil. Porque, para ser bom pra gente, tem que ser bom pra você.



BOMPRATODOS

bb.com.br/aguabrasil

Central de Atendimento BB 4004 0001 ou 0800 729 0001 • SAC 0800 729 0722
Ouvidoria BB 0800 729 5678 • Deficiente Auditivo ou de Fala 0800 729 0088 ou acesse bb.com.br



Acreditamos
que a **educação**
é o caminho mais
seguro para
a promoção do
crescimento social.

É por isso que as nossas atividades estão sempre em sintonia com as ações da maior e melhor instituição de ensino superior do Ceará, a UFC. Participe dos nossos programas de qualificação, profissionalização e especialização.

FCPCS

Conexão direta entre Pesquisador e Universidade

A Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura apoia, há 34 anos, projetos de ensino, pesquisa, extensão e cultura na Universidade Federal do Ceará, valorizando o saber e preparando estudantes e profissionais para o futuro.

www.fcpc.ufc.br



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ



Reitor

Prof. Jesualdo Pereira Farias

Vice-Reitor

Prof. Henry Campos

Reitoria

Av. da Universidade, 2853

60020-181 - Fortaleza - CE

Fone: (85) 3366.7300

Internet: www.ufc.br

E-mail: reitor@ufc.br

**Coord. de Comunicação Social
e Marketing Institucional**

Paulo Mamede

Fone: (85) 3366.7319

E-mail: ufcinforma@ufc.br

Assessor de Comunicação Institucional

Italo Gurgel

Fone/Fax: (85) 3366.7328

Revista Universidade Pública

Av. da Universidade, 2853

Benfica - Fortaleza - Ceará

CEP: 60020-181

Fone: (85) 3366.7319

publica@ufc.br

Editor

Gustavo Colares - CE1861JP

Reportagens

Gustavo Colares - CE1861JP

Raquel Chaves - CE1286JP

Lorena Alves - CE2853JP

Cleisyane Quintino - CE2885JP

Fotos

Davi Pinheiro - CE2776RF

Júnior Panella - CE0100RF

Projeto Gráfico e Ilustrações

Yuri Leonardo

Diagramação

Mônica Marques, Thaissa Oliveira

e Yuri Leonardo

Mídia

Camila Miranda

Revisão

Maria das Dores de Oliveira Filgueira,

Sílvia Marta Costa e C. Daniel Andrade

Tiragem

7.500 exemplares

Periodicidade

Bimestral

CTP e impressão

Expressão Gráfica

Publicação realizada pelo convênio Difusão
da Produção Científica da UFC - BNB/ETENE**NOSSA CAPA**

Foto: Jr. Panella

EDITORIAL

Violência de gênero

Até o início de agosto deste ano, foram registrados, na Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza, 6.657 boletins de ocorrência (B.O.) de mulheres denunciando algum tipo de violência contra si, seja no trabalho, em espaços públicos ou até mesmo dentro de casa. São 31 denúncias, em média, por dia, somente na Capital cearense. No mesmo período, foram abertos 877 inquéritos. Em todo o Estado, foram 10.693 B.O. e 1.599 inquéritos iniciados. A discrepância entre o número de boletins e o de inquéritos evidencia um problema dentro de outro. Como se não bastasse a violência física e psicológica vivenciada por inúmeras mulheres, sobretudo as mais carentes, muitas não levam a denúncia adiante por acreditar que as ameaças pronunciadas por maridos e companheiros não passarão disso. Ledo engano.

Na reportagem de Raquel Chaves, a partir da página 22, o leitor conhecerá histórias de vida de mulheres que tentam se reerguer depois da violência sofrida e o trabalho de organizações não governamentais e do poder público para amenizar esse gravíssimo e persistente problema da sociedade brasileira. Mostramos, ainda, como a Universidade pode contribuir nessa questão – grupos e laboratórios de pesquisa têm desenvolvido projetos relevantes de combate a essa violência de gênero.

Ainda nesta edição, matéria de Cleisyane Quintino apresenta o trabalho do Escritório de Tecnologia Social (ETecS) da UFC, que, desde 2006, presta assistência técnica em serviços de construção, reforma e ampliação de habitação a famílias com renda mensal de até três salários mínimos. No País, o déficit habitacional chega a 5,8 milhões de moradias. Também na UP nº 68, procuramos pesquisadores e ambientalistas para analisar os resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada em junho, no Rio de Janeiro. Apesar do discurso oficial positivo, sobram críticas ao documento final do evento.

A partir da página 32, a repórter Lorena Alves mostra os prejuízos da poluição visual numa metrópole como Fortaleza. O problema compromete o olhar do cidadão a prédios históricos, com letreiros que impedem a apreciação de suas fachadas, e danifica o patrimônio público, através de panfletos colados aos montes em muros e postes da cidade. Outro assunto abordado nesta edição são os entraves da gestão cultural em Fortaleza e no Ceará, motivo de crítica de diferentes classes artísticas locais.

Desta vez, nossa entrevista principal é com a Profª Vanda Magalhães Leitão, titular da Secretaria de Acessibilidade UFC Inluc, instalada em março de 2011. E, excepcionalmente, não publicaremos nesta edição a Eureka, ilustração a cargo da Oficina de Quadrinhos, projeto de extensão da UFC.

Boa leitura a todos. Até a edição 69!

Gustavo Colares

EDITOR UP

gustavo@ufc.br

Errata

Edição 67, Pesquisa Ilustrada

As imagens correspondentes às espécies de abelhas Jandaira e Mosquito são as seguintes, respectivamente, ao contrário do que foi publicado.

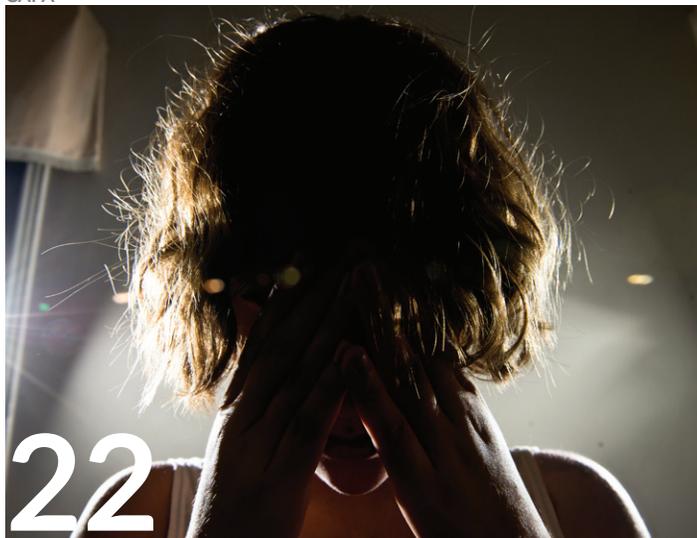


Nesta edição, *Pesquisa Ilustrada* apresenta protótipo de minitermoelétrica movido a combustíveis gasosos desenvolvido pelo Laboratório de Combustão e Energias Renováveis (Lacer), do Centro de Tecnologia da UFC. Enquanto caldeiras regulares apresentam eficiência energética de 70% a 85%, o equipamento do Laboratório tem eficiência que chega a 90%, além de ser menos poluente. A tecnologia aprimorada pela equipe do Prof. William Barcellos, coordenador do Lacer, pode ser aplicada no consumo de resíduos da exploração dos poços da camada pré-sal, na purificação de ambientes industriais e na esterilização de equipamentos médicos, por exemplo.

Em mais um ensaio para a seção *Ciência*, o Prof. Antonio Gomes, do Departamento de Física da UFC, convida a refletir sobre o desenvolvimento industrial e científico a qualquer preço, que desrespeita a diversidade biológica do planeta. Segundo o pesquisador, o homem precisa caminhar na direção de práticas sustentáveis, para que a riqueza dos ecossistemas continue beneficiando nossa espécie de forma decisiva.

Entre em contato conosco!
E-mail: publica@ufc.br
Twitter: @publicaufc

CAPA



22

VIOÊNCIA CONTRA A MULHER

Mesmo com o avanço dos programas em favor dos direitos femininos, crescem os casos de morte e intimidação no País. É possível vencer esta batalha?

POLUIÇÃO URBANA



30

CIDADE PANFLETADA

Outdoors irregulares, pichações... O desafio de normatizar o espaço público de Fortaleza diante da poluição visual, crescente em período eleitoral

MEIO AMBIENTE



34

O FUTURO QUE QUEREMOS

Pesquisadores e ambientalistas avaliam os resultados da Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

7

ENTREVISTA

VANDA LEITÃO

A titular da Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui fala da missão de respeitar as pessoas com deficiência na Universidade e projeta ações futuras do setor

12

PANORÂMICA

Maternidade-Escola da UFC inova no tratamento do câncer de colo uterino. Fazenda Experimental em Quixadá (CE) abrigará projeto de leite a baixo custo

16

HABITAÇÃO

PARA MORAR BEM

Escritório de Tecnologia Social da UFC auxilia famílias com renda mensal de até três salários mínimos em serviços de construção e reforma da habitação

19

POLÍTICAS PÚBLICAS

AONDE VAI NOSSA CULTURA?

Os incentivos para a Cultura no Ceará existem, mas esbarram em problemas como a falta de visão artística de gestores. A Universidade pode contribuir?

29

PESQUISA ILUSTRADA

Saiba como funciona o protótipo de minitermoelétrica movido a combustíveis gasosos, desenvolvido por laboratório da UFC

38

SCIENCIA

O Prof. Antonio Gomes de Souza Filho reflete sobre o "desenvolvimento" a qualquer preço, que desrespeita a diversidade biológica do planeta



[ACESSIBILIDADE]

Barreiras e conquistas da inclusão na UFC

Quem pode prever o ingresso na Universidade de um estudante cego no curso de Farmácia, onde se manipulam inúmeras fórmulas em laboratórios? Em março de 2011, a Universidade Federal do Ceará instalou a Secretaria de Acessibilidade UFC Incluir, com o objetivo maior de driblar ações pontuais de inclusão para planejar e executar uma política mais consolidada de acessibilidade. Como o exemplo acima, muitas demandas ainda são “surpresas”.

Com a criação da Secretaria, a UFC topou o desafio. No entanto, a atuação do novo setor tem de ser maior do que ações institucionais e envolver toda a comunidade universitária. As barreiras no caminho nem sempre são palpáveis, porque muitas delas flutuam no âmbito do imaginário, do afetivo e da negação do que já

não se pode negar. Na UFC, somente 29 alunos se afirmam deficientes. Onde estão os demais? Mesmo com as ações inclusivas do poder público, o percurso ainda é turvo, principalmente quando o assunto é Educação.

Na entrevista a seguir, a Prof^a Vanda Magalhães Leitão, Diretora da Secretaria de Acessibilidade UFC Incluir, discorre sobre as políticas de inclusão na Universidade, a resistência de alguns professores em aceitar os estudantes com deficiência e os planos de ampliar as ações de acessibilidade desenvolvidas na Instituição. Mesmo com os percalços cotidianos, o discurso de Vanda é de agregar forças, sensibilizar e entender a “dinâmica social” em curso. Os avanços precisam prevalecer ante as dificuldades.

UP – A criação da Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui remete a 2010. Qual o caminho percorrido pela Universidade Federal do Ceará para incluir as pessoas com deficiência?

VANDA LEITÃO – Esse momento (criação da Secretaria) foi resultado, aqui na UFC, de nossa participação em editais lançados pelo Ministério da Educação, através da Secretaria de Acessibilidade, para o Programa Incluir. O primeiro edital foi lançado em 2005, e a UFC teve um projeto aprovado para trabalhar nessa proposta chamado UFC Inclui. Até hoje, participamos de editais para darmos continuidade às ações. No projeto UFC Inclui, o ponto principal era a criação de uma unidade para cuidar de inclusão, principalmente de alunos. Houve outras ações também, algumas voltadas para o desenvolvimento da cultura, como a realização de ciclos de debates, a oferta de cursos de Libras (Língua Brasileira de Sinais) e Braille, para alunos de Pedagogia. Também foram realizadas ações físicas – muitos locais da UFC foram adaptados com esses recursos do projeto UFC Inclui. Mas, antes desse projeto, de 2005, já tínhamos na UFC muitas ações pontuais. A gente sabe de um projeto na Odontologia com laboratório de atendimento à criança com deficiência. Tem uma professora da Enfermagem que desenvolve pesquisas e orienta trabalhos sobre desenvolvimento de pessoas cegas, existem disciplinas ofertadas na Faculdade de Educação sobre educação especial. Havia muitas inserções na Universidade, mas eram muito pontuais. Tínhamos, portanto, a necessidade de que a Universidade instituisse um lugar para agregar, articular, desenvolver e expandir essas ações pontuais. Foi criada uma comissão, fizemos levantamento por amostragem das condições de acessibilidade na UFC, e a partir daí, a comissão propôs um documento chamado Propostas de Políticas de Acessibilidade da UFC. O primeiro ponto central era a criação desse lugar, a Secretaria.

UP – Uma das funções da Secretaria é gerenciar ações e pesquisas sobre

acessibilidade. O que tem sido feito pelo setor nesse sentido?

VL – A Secretaria funciona com uma comissão que lhe dá suporte, com representação de várias pessoas acadêmicas da UFC. Isso para atender as diversas dimensões da acessibilidade, que trabalha não somente com os aspectos físicos, os mais visíveis. A gente também pensa na acessibilidade tecnológica, pedagógica; a acessibilidade que envolve atitudes, como as pessoas são tratadas e conduzidas aqui na UFC; as comunicações, a acessibilidade aos ambientes virtuais da *web*, ao *site*. A gente organizou e compôs uma equipe de comissão permanente que dá suporte. Temos professores da Arquitetura, Tecnologia, Pedagogia. Temos uma bibliotecária do Sistema de Bibliotecas da UFC, pensando na acessibilidade que o aluno precisa ter. Também tem representante da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e dos alunos, pois não podemos pensar nada sem eles. Há até uma máxima que diz “nada sobre nós sem nós”. A partir dessa comissão, cada professor vem desenvolvendo seus trabalhos. As coisas vão se ampliando também, através dessas articulações, na pós-graduação. Isso está se disseminando também porque há demanda da sociedade. Essa política maior de inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino tem estimulado a busca por formações mais específicas que deem suporte à formação do professor para trabalhar com essas crianças com deficiência que estão chegando à escola. A Secretaria desenvolve pesquisas com seus bolsistas, oferece cursos. Neste mês, já foram feitos dois cursos na área de tecnologia, um de acesso às redes sociais por pessoas cegas e outro de nova ortografia no Braille, tudo calcado nas tecnologias assistidas que oferecemos aqui, com leitores de tela, *softwares*, lupas de ampliação de fontes de letras, sistemas de digitalização e outros equipamentos.

UP – Como é a relação entre a Secretaria e os alunos com deficiência na UFC?

VL – Essa questão até nos surpreendeu, porque, quando a Secretaria foi

Cerca de 45,6 milhões de brasileiros têm pelo menos uma deficiência, segundo dados de 2010 colhidos pelo estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O mesmo censo demonstrou que, entre as pessoas maiores de 10 anos que se declaram com deficiência e têm algum tipo de trabalho, 46,4% ganham, no máximo, um salário mínimo.

A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York (EUA), em 30 de março de 2007, foram aprovados pelo Congresso Nacional por meio de decretos legislativo (186/2008) e executivo (6.949/2009), orientando a política nacional para a pessoa com deficiência. Leia os documentos em is.gd/C5aFsQ.

criada, o desejo nosso era de que as coisas já fossem acontecendo. De seis a oito meses, nos deparamos com o silêncio dos alunos com deficiência. A gente chegava a pensar: “meu Deus, será que eles não estão acreditando?”. O que a gente tem de fazer é trazer esses alunos, porque não acreditamos que esse processo de inclusão seja de uma mão só. A Universidade precisa oferecer as condições, mas os alunos e servidores que têm deficiência também precisam demandar, solicitar, nos ensinar a fazer as coisas. Então sofremos esse silêncio no início. Resolvemos, então, fazer um cadastro de alunos no ato da matrícula e vieram 276 respostas de alunos se dizendo com alguma deficiência. Achei estranho, “como a Universidade tem alunos com deficiência!” Mas fizemos um exame dessa resposta, um questionário, e solicitamos que eles dissessem qual era sua deficiência real e suas necessidades para fazer o seu curso com garantia de qualidade. Esse número se reduziu a 26. A partir daí, a Secretaria pôde elaborar com mais justeza as propostas e ações. Depois fizemos questionários com coordenadores de curso, e esse número aumentou para 29. Começamos a entrar em contato com os alunos, chamando para a participação, e eles vieram chegando, principalmente, estudantes com problema visual, de quantidade bem significativa. A maior quantidade de alunos com deficiência na UFC é de



“A maior quantidade de alunos com deficiência na UFC é de natureza motora, mas tem um número bem significativo de alunos com deficiência visual. Precisamos oferecer condições (de inclusão)”

natureza motora, mas tem um número bem significativo de outros com deficiência visual. Primeiro, chegaram alunos do Centro de Humanidades e, no ano passado, vieram de outros centros. Isso nos levou a expandir as ações e descentralizar para outros *campi* e unidades acadêmicas.

UP – E em relação aos professores e servidores técnico-administrativos com deficiência na Universidade? Também há esse mapeamento?

VL – Existe, feito pela Superintendência de Recursos Humanos. Mas não conseguimos ainda ter maior proximidade por conta das greves do ano passado e desse ano. Professores, temos três próximos, mas dos demais servidores e professores, apenas sabemos numericamente. Ainda não fizemos um contato, mas precisamos nos articular com a SRH para realizar algumas ações nesse sentido. Há também divergência em relação à receptividade. Tem pessoas com deficiência que não querem se declarar deficientes, não querem participar. Outras amam, “ai, que bom isso estar acontecendo na UFC, quero participar, quero colaborar”. Já houve manifestações de muitos funcionários. É de se esperarem as reações diferenciadas. Os alunos dizem que, quando o professor é receptivo, mesmo que ele não saiba lidar com aquele aluno, tudo flui com mais naturalidade. Tem professor que diz para uma aluna cega: “puxa vida, fu-

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República constituiu, em julho último, Grupo de Trabalho que desenvolverá subsídios para o aprimoramento de projetos de lei que tratam do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Is.gd/LLKJJE), em tramitação no Congresso Nacional. O objetivo do GT é atualizar os projetos de lei de acordo com orientações da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada por emenda constitucional.

“Há professores que se aproximam da Secretaria, vêm com todo interesse, mas na hora H, dá uma deslizada – exhibe um filme em língua estrangeira para aluno cego, sem nenhuma preparação”

lana, você está na minha sala, como a gente vai fazer?”. E senta com o aluno, conversa, discute como vai fazer. Mas outros professores negam a participação do aluno. E tem ainda algo muito contraditório: professores que se aproximam da Secretaria, vêm com todo interesse, algo genuíno mesmo, mas na hora H, na aula, dá uma deslizada. De repente, exhibe um filme em língua estrangeira para aluno cego, sem nenhuma preparação. Isso pode acontecer, mas é preciso pensar como fazer o aluno participar daquela atividade.

UP – A inclusão encontra muitas barreiras pedagógicas e físicas, que são as mais óbvias. Pensando nas barreiras de atitude, ainda há resistência da comunidade universitária em relação à inclusão das pessoas com deficiência?

VL – Como isso está muito ligado aos debates e lutas pelos direitos humanos no mundo inteiro, não é politicamente correto esse tipo de atitude, de negar, rejeitar. Às vezes, a pessoa não expressa explicitamente, mas também não se envolve. É um direito não se envolver, mas não é di-

reito dela manter uma barreira; isso não é permitido. O que eu percebo aqui na Universidade? Percebo muita abertura, muitas pessoas estão sensíveis, chegam a dizer “olha, eu nunca convivi com pessoas cegas, não sei como lidar com elas”. Isso acontece por falta de conhecimento, de experiência, e percebemos que, quando o gestor vem com essa proposta, é claro que está aberto e é um parceiro nesse processo de inclusão. Tem de ser muito extravagante para dizer, como um professor nosso disse, que não era pago para dar aula a aluno cego, mas foi um destrambelho, algo muito exótico. Tem outra questão, a diferença entre o conhecimento teórico e o do âmbito do afetivo, que envolve rejeições ou não de várias situações. Muitos professores acompanham todo esse debate sobre direitos humanos e, mesmo assim, respondem dessa forma, que eu acredito ser uma resposta emocional. Na Secretaria, temos o cuidado de respeitar e ver se conseguimos envolver aquela pessoa de outra forma. E, por incrível que pareça, o que os livros dizem não é suficiente para uma mudança de





“Não sou favorável à reserva de vagas, mas que se deem condições para que o aluno (com deficiência) tenha igualdade de participação (no ingresso à universidade)”

atitude. É preciso conviver com essas pessoas. Eles nos ensinam demais, porque não temos a experiência daquela deficiência. Não há inclusão se não houver acessibilidade e não há nenhuma ação política eficaz sem incluir as pessoas com deficiência.

UP – A Secretaria conta com pessoal próprio para executar essas ações?

VL – Somos muito poucos. Permanentemente mesmo, somos eu, da direção, um excelente servidor técnico-administrativo e seis bolsistas que nos dão muito suporte. Temos, da comissão especial da Secretaria, a bibliotecária que está levando à frente o processo de digitalização de livros, uma professora da Faculdade de Educação que dá suporte enorme a alunos cegos, oferecendo cursos de tecnologias assistidas. Temos também outra professora da Pedagogia que incentiva grupos de estudos, articulados com a direção da Secretaria. Os outros professores (da comissão) ficam mais à distância.

UP – Há a necessidade de ampliação desse quadro de funcionários?

VL – Temos muita vontade de am-

pliar a carga horária dos professores da comissão. Estamos sentindo necessidade de formar uma comissão de trabalho voltada à acessibilidade pedagógica para dar suporte às unidades acadêmicas sobre metodologias de ensino, processos de avaliação, recursos pedagógicos e tecnologias assistidas. Também poderíamos ter mais servidores técnico-administrativos.

UP – A forma de ingresso das pessoas com deficiência na Universidade é justa?

VL – Não sou favorável à reserva de vagas, mas sou favorável a que se deem condições para que o aluno tenha igualdade de participação. Essas condições têm de ser garantidas. Na época do vestibular, a CCV (Coordenadoria de Concursos) oferecia, no caso de pessoas cegas, a prova em Braille, leitores, intérpretes para pessoas surdas, muito embora precariamente. Para candidatos surdos, por que as provas não podem ser oferecidas em língua de sinais, a língua materna deles? Isso seria igualdade de condições. Os outros têm as provas em Português, a língua materna deles, então os surdos teriam a prova

em língua de sinais. Isso nunca foi feito na Universidade e acredito não estar sendo feito ainda no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Essa luta vem sendo feita no âmbito nacional, nas associações de pessoas com deficiência. Tem uma questão importante de ressaltar: por que são tão poucos os alunos com deficiência na Universidade? A gente computou 29. São poucos. Por que isso? Por que eles não estão chegando? É algo de outra dimensão. Tem toda a oferta de escolarização, de educação básica precaríssima. É semelhante ao que acontece com os estudantes de escola pública, mas, em relação aos alunos com deficiência, o problema se agrava, porque as escolas públicas não oferecem esse nível de escolaridade para que ele tenha acesso ao nível superior. As redes públicas também estão lutando para a melhoria de acesso, preparando seu pessoal. Agora estamos envolvidos com a Secretaria de Educação para elaborar uma política de acessibilidade para a rede estadual de ensino, no sentido de garantir melhorias no Ensino Médio a fim de que esses alunos possam entrar na Universidade.

UP – Quais as demandas básicas que uma universidade tem de atender para ser realmente acessível?

VL – A universidade, quando se propõe implantar uma política de inclusão, tem de pensar em todas as

Criado para acompanhar e avaliar o desenvolvimento da política nacional para inclusão da pessoa com deficiência, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) delibera sobre as políticas de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer e política urbana. O Conade faz parte da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Saiba mais em www.mj.gov.br/conade.



“Por que são tão poucos os alunos com deficiência na Universidade? A gente computou 29. São poucos. Tem toda a oferta de escolarização, de educação básica precaríssima”

Universidade é muito grande, e seu projeto é expandir-se.

UP – No ano passado, o Ministério Público Federal acionou a UFC para que fosse elaborado um projeto técnico de acessibilidade na Instituição.

VL – A Universidade fez um projeto grande, apresentando as etapas de execução. Se não me engano, será feito em quatro anos, e a UFC já entrou com solicitação de recursos junto ao Ministério da Educação para a execução. Ele visa atender a todas as unidades acadêmicas da Universidade no âmbito físico, inclusive os campi do Interior. Foi elaborado na Pró-Reitoria de Planejamento, especificamente na Coordenadoria de Projetos e Obras. A equipe de arquitetos e engenheiros fez levantamento a partir das demandas das várias unidades acadêmicas e elaborou o projeto arquitetônico. A Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui também participou.

UP – Quais são os principais problemas enfrentados pela Secretaria hoje?

VL – Nesses dois anos desde a criação, aprimoramos alguns princípios e formas de conduzir os métodos de trabalho. Aprendemos muito com a experiência, mas tenho a certeza de que o que fazemos não é suficiente. Ainda não temos condições de trabalhar intensamente nas várias dimensões da acessibilidade. Sentimos que não atingimos ainda o professor ou o gestor. Há algumas resistências, mas sabemos, hoje, quais são as demandas e prioridades maiores. A prioridade maior é fazer com que o aluno tenha acesso aos textos da disciplina. Ele é cego, como vai fazer isso? Criamos, desde o começo, um setor de digitalização, o serviço de leitor na Secretaria. Foi a prioridade número um, e estamos crescendo e distribuindo para outras bibliotecas. A metodologia disso é que estamos aprendendo. Como fazer? De cima para baixo não dá certo. Tem de ir se aproximando das pessoas que se mostram dispostas. Tem muitas ações sendo desenvolvidas, mas não temos gente para dar conta delas. Sabemos os gargalos,

como os aspectos pedagógicos, que envolvem metodologias de ensino, processos de avaliação, adaptações curriculares. De repente, você tem um aluno no curso de Farmácia com visão subnormal. A ele, não é possível medir milimetricamente produtos de laboratórios, mas ele é obrigado a fazer a disciplina. Como fazer para que ele não fique de fora e também não corra riscos no laboratório? Isso surge emergencialmente. Vamos respondendo a essas demandas que nos chegam, mas professores e coordenadores precisam estar sensíveis e dispostos a buscar recursos para minimizar essas dificuldades ou oferecer formas de oportunidades a esses alunos. Sabemos que esse processo não é culpa de pessoas, faz parte de uma dinâmica social. Até então a Universidade não tinha essa preocupação, não tinha institucionalizado uma política para garantir a formação desses alunos. Mas agora a gente tem.

UP – Em que a Secretaria ainda pode avançar na inclusão de pessoas com deficiência na Universidade?

VL – Tudo é processual. Tudo que estamos fazendo, que está numa amostra mínima, precisa expandir-se no suporte pedagógico, nos aspectos de acessibilidade física, na garantia do acesso à informação e comunicação. A Secretaria tem isso muito claro e também tem clareza de que o que fez ainda é muito pequeno. Temos propósito de expandir essas ações e criar outras, levando em consideração que as unidades acadêmicas têm de assumi-las como suas também. Atuamos intersetorialmente, não somos órgão executivo – não somos nada sozinhos. Pode até aumentar a nossa equipe, mas, se não tiver a parceria de todos os outros setores, não vamos avançar. Todos temos a ver com o projeto e a política de acessibilidade da UFC, porque dizem respeito à condição humana. Temos a necessidade de convidar a comunidade universitária a olhar e se aproximar das ações inclusivas da UFC: alunos, servidores, professores, gestores, porque não conseguimos fazer isso sozinhos. **UP**

dimensões da acessibilidade: relativa à atitude, ao método pedagógico, à informação, ao conhecimento, a tecnológica, de oferecer recursos tecnológicos acessíveis e a acessibilidade linguística, porque temos pessoas surdas que falam outra língua. Se a universidade desenvolver ações atendendo a essas dimensões da acessibilidade, faz com que ela se proponha implantar as políticas. No sentido mais físico, é preciso oferecer laboratórios com equipamentos adequados para as diversas condições de deficiências visuais – visão subnormal, cegueira; tudo o que a tecnologia tem nos oferecido, que não é pouco. Precisamos ter, por exemplo, um estúdio de produção de recursos pedagógicos para ensino de língua de sinais. Fazemos isso ainda precariamente, numa articulação com o Instituto Cearense de Educação de Surdos. Também precisamos garantir acessibilidade física, hoje ainda com muitos problemas. Aqui mesmo, no Campus do Benfica, temos vários alunos cegos e cadeirantes, mas não temos rotas acessíveis. Temos de ter rotas que deem acesso da porta de entrada a todas as unidades acadêmicas, e rotas que liguem um espaço a outro. Às vezes há acessibilidade dentro do prédio, mas não há acessibilidade para entrar no prédio. Ainda temos de atender muitas coisas, mas pensamos que se está atendendo às demandas emergenciais, porque a

A Lei nº 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, é conhecida como Lei de Acessibilidade. Ela reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e determinou que fosse inserida como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores e de Fonoaudiologia de instituições de ensino públicas e privadas, dos sistemas municipais, estaduais e federal de ensino. Conheça em is.gd/dv3yz6.

O programa “Todos os Sentidos”, da Universitária FM (107,9 MHz), é veiculado às quartas-feiras, às 14h, para dar voz às pessoas com deficiência, pautar a defesa de seus direitos garantidos pela Constituição Federal e dar visibilidade a pesquisas e ações desenvolvidas nessa área, de modo a desconstruir preconceitos. Ouça em www.radiouniversitariafm.com.br.

MEAC inova no tratamento de câncer de colo uterino

EM PACIENTE GRÁVIDA, CIRURGIA PRESERVOU OVÁRIOS E EVITOU A MENOPAUSA POR IRRADIAÇÃO



A Maternidade-Escola Assis Chateaubriand (MEAC), integrante do Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Ceará, realizou tratamento de radioterapia interna – também chamada braquiterapia – em paciente grávida de 33 anos com câncer de colo de útero em estágio avançado. Para obter sucesso no procedimento, foi realizada cesariana eletiva com suspensão ovariana, para retirar os ovários da região pélvica e fixá-los na região abdômino-lateral – técnica conhecida como transposição ovariana lateral. Ocorrida em abril, a cirurgia permitiu a preservação dos ovários quanto aos efeitos do tratamento radioterápico, evitando a menopausa por irradiação. Comumente, é realizada por via laparoscópica.

Com a cirurgia, segundo o Coordenador

do Serviço de Ginecologia da MEAC, Prof. Francisco das Chagas Medeiros, foi permitida a radioterapia de colo uterino sem afetar a função dos ovários, evitando que a paciente viesse a ter menopausa precoce e permitindo que fosse mantida sua fertilidade. Como se tratava de paciente grávida, o trabalho foi realizado por equipe multiprofissional envolvendo obstetras, neonatologistas e cirurgiões. O cirurgião responsável foi o Prof. Manuel Oliveira, juntamente com a médica residente Gilvânia Zapparoli.

De acordo com o cirurgião, foi o primeiro procedimento desse tipo efetuado em paciente grávida, durante uma cesariana, de que se tem conhecimento na literatura médica. “Vamos a oportunidade de salvar seu bebê, seu ovário e sua vida”, afirmou Oliveira.

CEARÁ

ENSINO E PESQUISA EM TURISMO

O Governo do Estado e o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará assinaram, em julho, convênio cedendo a antiga mansão de veraneio dos governadores do Estado, em Guaramiranga (CE), para instalação de uma unidade de ensino e pesquisa em turismo, a ser administrada pelo IFCE, para formação em gastronomia, hotelaria e eventos. A construção, de 1978, possui 16 apartamentos, três salões, restaurante, varandas, piscinas, sauna, jardins e horta e, desde 1990, abrigava o Hotel Escola do SENAC. Serão investidos R\$ 2 milhões em melhorias na cozinha, quartos, ambientação e sustentabilidade. Mais informações em is.gd/DwKt1V.

FUNCAP E O ESTÍMULO À INTERIORIZAÇÃO

Para atrair e fixar pesquisadores doutores produtivos em Instituições de Ensino Superior e Pesquisa no Interior do Ceará, a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) lançou o Edital Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa e Estímulo à Interiorização. Ao todo, serão contemplados até 60 pesquisadores doutores com vínculo empregatício ou funcional permanente em Instituições de Ensino Superior e Pesquisa de municípios do interior cearense. Inscrições através de formulário eletrônico, até 16 de agosto de 2012. Detalhes em www.funcap.ce.gov.br.

EU PESQUISO NA UFC José Raimundo Carvalho



Carvalho teve dois projetos recém-aprovados pela União Europeia

Doutor em Economia pela Penn State University (2002), nos Estados Unidos, com ênfase em Estatística e Análise Criminal, é Professor Associado I da UFC, onde leciona no Programa de Pós-Graduação em Economia (CAEN) e coordena o Laboratório de Econometria e Otimização (Leco). Com financiamento da Funcap, lidera o Laboratório de Geo-Estatística e Análise Criminal (Lanecri), da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS). Atualmente, sua

agenda de pesquisa possui duas vertentes fundamentais: aplicar metodologias econômicas e estatísticas rigorosas para o entendimento do comportamento violento e criminal, e modelar a evolução dinâmica da formação de capital humano (estoque de conhecimento) e suas implicações no desempenho dos indivíduos no mercado de trabalho. Dez professores (sete brasileiros e três estrangeiros) e 15 estudantes participam das pesquisas.

Universitária FM inscreve para Festival

Abertas, até 31 de agosto, inscrições para o III Festival de Música da Universitária FM, que revelará gravações de obras musicais inéditas de cantores, compositores, instrumentistas e arranjadores cearenses ou residentes no Estado há mais de cinco anos. As dez músicas vencedoras – em duas categorias: Música Instrumental e Música Cantada – farão parte de coletânea em CD, e os primeiros lugares de cada categoria serão indicados para o IV Festival de Música da Associação das Rádios Públicas do Brasil (ARPUB). As canções finalistas serão veiculadas na Rádio de 29 de setembro a 21 de outubro e o resultado final sairá em 24 de outubro. Regulamento: www.radiouniversitariafm.com.br.

IGUALDADE DE GÊNERO

Abertas, até 17 de setembro, inscrições para o 8º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, concurso de redações, artigos científicos e projetos pedagógicos que estimula a pesquisa sobre todas as formas de discriminação. Mais informações: www.igualdadedegenero.cnpq.br.

MIT E HARVARD ON-LINE

A Universidade Harvard e o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), dos Estados Unidos, firmaram parceria para oferecer cursos on-line gratuitos, com testes e certificado, a partir do segundo semestre. As universidades pretendem estudar, por meio do site www.edx.org, como as tecnologias podem ser aplicadas tanto para cursos a distância como presenciais. Harvard e MIT investem US\$ 30 milhões para o projeto, cada.

Prêmio Jovem Cientista até 31 de agosto

Seguem até 31 de agosto as inscrições para a 26ª edição do Prêmio Jovem Cientista, do CNPq. Este ano, com o tema “Inovações Tecnológicas nos Esportes”, será concedido às pesquisas voltadas para o setor esportivo, nas categorias Estudante de Ensino Médio, Estudante de Ensino Superior, Graduado e Mérito Institucional. A premiação varia de R\$ 10 mil a R\$ 30 mil. Em 2010, o estudante Eduardo Façanha, egresso do curso de Engenharia Elétrica da UFC, conquistou o primeiro lugar do Prêmio, na categoria Graduado. Ele desenvolveu o protótipo de um conversor de energia eólica em energia elétrica. Regulamento e inscrições: www.jovemcientista.cnpq.br.

Leite mais barato no Interior do Ceará

A Fazenda Experimental Lavoura Seca, no município de Quixadá (CE), vinculada ao Centro de Ciências Agrárias da UFC, abrigará o projeto-piloto Leite a Baixo Custo, desenvolvido por professores do Departamento de Zootecnia da Instituição e pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), do Banco do Nordeste. Tem como objetivos promover a adoção de tecnologias para produção de leite a baixo custo, aproximar os produtores rurais das instituições de ensino e pesquisa, discutir os problemas da cadeia do leite do Ceará e difundir o empreendedorismo entre os produtores de leite. Serão, ainda, ministrados cursos de melhoramento genético de bovinos leiteiros, inseminação artificial, formação e manejo de pastagem, entre outros. Mais informações em is.gd/K4MAij.



BRASIL

BIODIESEL DA AMAZÔNIA

O Laboratório de Operações de Separação (LAOS), da Universidade Federal do Pará (UFPA), vem estudando a viabilidade da obtenção do biodiesel a partir de plantas nativas da Amazônia, como a andiroba, o buriti, a pracaxi, o murumuru e o inajá, tipo de palmeira semelhante ao dendê, originária do Estado do Pará. Segundo o Prof. Luis Ferreira França, da Faculdade de Engenharia de Alimentos, “a meta é provar que a exploração do óleo de inajá e de outras plantas nativas da Amazônia é viável comercialmente, tanto como alimento quanto como biodiesel. Isso sem contar a contribuição para o meio ambiente, tendo o óleo como combustível, em substituição ao petróleo”. Mais informações em is.gd/nmZWBj.

ASTRONOMIA EM REVISTA

Lançado o 13º número da Revista Latino-Americana de Educação em Astronomia, consultado gratuitamente pela Internet. Entre os temas abordados, “Aplicação de modelos tridimensionais para o ensino de fusos horários” e “Formas de apropriação de instrumentos para o ensino de astronomia na formação continuada de professores”. A publicação fornece subsídios metodológicos e de conteúdo a pesquisadores de todos os níveis. Acesse em www.relea.ufscar.br.

MELHORES COM MENOS DE 50

A Universidade Estadual de Campinas (44ª) e a Universidade Estadual Paulista (99ª) foram as duas únicas brasileiras a aparecer em ranking das 100 melhores universidades do mundo fundadas há menos de 50 anos. A lista foi elaborada pela primeira vez pelo Times Higher Education, considerado um dos mais importantes institutos de avaliação do Ensino Superior no mundo. Mais informações em is.gd/5uKPOK.

PELO MUNDO Alexandre Martins Joca



Alexandre Martins Joca, de 37 anos, cursa **Doutorado em Educação** na UFC. Sua pesquisa investiga os percursos e interações juvenis em Fortaleza, a partir das experiências de ocupações de espaços públicos, procurando compreender como essas interações são mobilizadas ou se mobilizam por marcadores (dispositivos) de gênero e sexualidades. Bolsista da Capes, realiza, até janeiro de 2013, estágio no **Instituto Universitário de Lisboa** (ISCTE-IUL), sob orientação do antropólogo Miguel Vale de Almeida. “Portugal tem uma rica produção intelectual sobre culturas juvenis, o que contribui, significativamente, para a minha produção acadêmica, que tem como categorias de estudo centrais as juventudes e as sexualidades.”





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ PENSANDO O FUTURO DO PLANETA

A Assembleia Legislativa do Ceará é o primeiro Parlamento do Brasil a aderir à Agenda Ambiental na Administração Pública, A3P. Em 2012, estamos zerando a emissão de gás carbônico com o plantio de 14.000 árvores na reserva de Mata Atlântica, na Serra da Ibiapaba. A preservação do Meio Ambiente é um compromisso assumido pela atual Mesa Diretora da Assembleia Legislativa.



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Inovação a Serviço da Sociedade

POR UMA TECNOLOGIA SOCIAL

Desde 2006, o Escritório de Tecnologia Social da UFC oferece assistência técnica em serviços de construção, reforma e ampliação de habitação de famílias com renda mensal de até três salários mínimos

Texto: Cleisyane Quintino

Fotos: Davi Pinheiro



Mais do que a tão sonhada casa própria, o brasileiro quer moradia digna para descansar depois de um dia de trabalho, receber os amigos nos dias livres ou mesmo para se sentir seguro. Com déficit de 5,8 milhões de moradias, segundo dados da Pesquisa de Amostra por Domicílios (Pnad) 2009, utilizados pelo Ministério das Cidades, espalham-se pelo País pessoas habitando ruas e abrigos improvisados. Perseguindo o sonho de ter seu lugar na cidade, o casal João Bosco e Leila dos Santos conseguiu, em 2007, com ajuda de um empréstimo em um banco, comprar o imóvel onde já residiam, na Barra do Ceará, em Fortaleza.

Apesar de grande para os padrões populares – 100 m² –, a residência era muito antiga e não possuía boas condições para abrigar o casal e seus três filhos. Militar aposentado, João Bosco dos Santos explica que as portas da residência eram velhas, havia cupim por toda parte, as paredes denunciavam rachaduras, não havia quarto para todos e, a cada manhã, formava-se uma fila na porta do único banheiro. Também não era possível se balançar numa rede, pois as paredes da casa não seguravam sequer um armador.

Com tantos problemas estruturais, o casal não tinha dúvidas de que era necessária uma nova empreitada: reformar o imóvel ou, melhor, reconstruí-lo. Para isso, o Escritório de Tecnologia Social (ETecS) da Universidade Federal do Ceará foi fundamental no novo sonho. Desde 2006, o projeto de extensão presta assistência técnica em serviços de construção, reforma e ampliação de habita-

Segundo balanço do PAC 2, divulgado em julho, o Ceará executou apenas 30% das obras do Minha Casa, Minha Vida em municípios com mais de 150 mil habitantes

ções de famílias com renda mensal de até três salários mínimos.

A atuação do Escritório em áreas urbanas ou rurais da Região Metropolitana de Fortaleza cumpre determinação da Lei Nº 11.888, promulgada em 2008, assegurando às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para projetos de habitação de interesse social. O projeto conta com parceria do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Ceará (CREA) e da Associação Técnico-Científica Eng.º Paulo de Frontin (Astef).

Dois engenheiros civis e um arquiteto são responsáveis por executar os projetos arquitetônico, elétrico, hidráulico e orçamentário, necessários para erguer os tijolos de uma habitação. Além disso, 13 estudantes – 11 bolsistas e dois voluntários – integram o ETecS. Quando João Bosco tomou conhecimento do trabalho executado pela equipe da UFC, através de uma reportagem, não demorou a buscar mais informações com a coordenação do Escritório.

Sem saudades da antiga casa

“Sonho com essa casa há bastante tempo, mas tudo tem sua hora. E agora ela chegou. Já vinha me preparando para a reforma desde quando fiz a compra. Eu pagava o empréstimo e também juntava dinheiro”, comenta João Bosco. Aprovada a solicitação junto ao Escritório, a família teve o primeiro contato com a equipe de profissionais. Na prateleira de projetos do ETecS, há alguns já prontos, mas nada impede que as famílias sejam ouvidas e deem sugestões de como querem o novo lar. Afinal, o imóvel é da família e o “pítaco” é mais que bem vindo.

O projeto arquitetônico é o primeiro a vir ao mundo. Depois de aprovado pelo dono da casa, os demais projetos técnicos são elaborados. Tudo é feito pelos estudantes com a orientação dos profissionais. Em todas as fases do trabalho, há preocupação com as condições de ventilação e iluminação da casa, além de um melhor aproveitamento da área do terreno. No entanto, o que mais agrada o cliente, segundo o estudante Flaviano Almada, do 1º semestre do Curso de Engenharia Civil, é o orçamento. “É muito gratificante visitar o cliente e ver a satisfação dele, principalmente quando a gente entrega o orçamento, que prova a viabilidade do projeto”, conta.

Os orçamentos dos projetos feitos pelo ETecS variam de R\$ 16 mil a R\$ 35 mil. A casa de João Bosco tem um custo total de R\$ 33 mil, pois nada da estrutura podia ser aproveitada. No mês de fevereiro, João Bosco e um ajudante arregaçaram as mangas e derubaram a casa para construir tudo do zero. “A casa era tão ruim que sugerimos que ela



Morador da Barra do Ceará, o casal João Bosco e Leila dos Santos teve o imóvel ampliado com auxílio do Escritório de Tecnologia Social da UFC

fosse demolida. Apenas uma pequena parte dela foi aproveitada, e hoje é utilizada pela família enquanto aguarda a construção do novo lar”, comenta o Prof. Lyttelton Fortes, um dos responsáveis pelo ETecS e engenheiro que assina a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra de João Bosco.

Em meio ao canteiro de obras, o militar da reserva vai apresentando os cômodos da nova residência sem esconder a satisfação com o projeto. “Não tenho saudades da antiga casa porque praticamente não tínhamos quartos”, revela ao listar o que faltava. O antigo imóvel tinha uma sala, uma cozinha, um banheiro e dois quartos. Agora, com o melhor aproveitamento do espaço, já é possível visualizar os novos cômodos: três quartos, sendo um deles a suíte do casal, um banheiro reversível, uma cozinha e uma sala de visitas bem ampla. A esposa de João Bosco, Leila dos Santos, comemora o novo lar. “Todo o mundo quer ter a casa dos sonhos. Agora está dando certo. Vamos até ter uma área de jardim na entrada”, empolga-se.

De acordo com Galdino da Silva, mestre da obra, em quatro meses o imóvel estará pronto para ser desfrutado pela família. A rapidez na construção é resultado do trabalho de dois pedreiros e dois ajudantes, todos da confiança de João Bosco. Em apenas um mês de trabalho, o terreno já foi dividido e as paredes erguidas. A labuta começa cedinho, às 7h, e adentra o início da noite. “Estou pegando na massa”, diz João Bosco, mostrando os calos nas mãos. “O cansaço é grande, porque você tem que ficar atento a tudo, mas obra é assim mesmo. Ela puxa a gente”, confessa.

O resultado cearense em obras do Minha Casa, Minha Vida (PAC 2) é o **terceiro pior do País**, à frente apenas de Bahia (28%) e Tocantins (20%)

Como solicitar um projeto?

Os interessados nos serviços oferecidos pelo Escritório devem preencher formulário on-line no site www.etcets.ufc.br. É necessário ser de baixa renda e ter o registro do terreno. O benefício é concedido apenas para projetos de moradia. “Quando realizamos um primeiro contato com o cliente, buscamos saber se o imóvel é para alugar ou se é de caráter comercial. Caso seja, a solicitação não é aprovada, pois realmente buscamos privilegiar quem busca por moradia”, salienta o estudante Caio Ervedosa, do 6º semestre do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC.

De acordo com o Prof. Lyttelton, a maior parte dos pedidos que chega ao ETecS é para a construção de um primeiro pavimento. “Geralmente, as pessoas estão em terrenos de frente muito estreita, de até cinco metros, e o casal tem um filho que cresce e casa. Como os pais querem manter o filho por perto, acabam construindo o primeiro pavimento para ele”, conta.

Somente em 2011, foram feitos 50 projetos de habitação de interesse social. Até hoje, a equipe do ETecS já acompanhou a conclusão

das obras de 10 casas. Infelizmente, nem todos os projetos são executados, já que as famílias, responsáveis por custear a obra, não têm os recursos necessários. “Esse é o grande gargalo. Falta investimento público para resolver o problema do déficit habitacional. A maioria das pessoas que nos procuram não tem recursos para pagar o material, tampouco a mão-de-obra”, declara o Prof. Lyttelton, que está na organização de um seminário no segundo semestre deste ano para discutir o déficit e o financiamento de casas de interesse social.

Uma mão lava a outra

Se João Bosco não tivesse a assistência do ETecS para elaborar o projeto de sua nova morada, ainda teria duas outras opções: construir por conta própria, correndo o risco de ter a obra embargada, ou pagando o serviço para alguma empresa de mercado. Isso não lhe custaria menos de R\$ 30,00 por m², valor considerado caro para quem sustenta uma família com salário de até três salários mínimos. “Essa ajuda que eu estou tendo é muito importante. É algo que caiu na hora certa. O doutor aí (refere-se ao Prof. Lyttelton) está sendo a mola mestra”, agradece.

Mas os ganhos não se concentram apenas na família de João Bosco. Estudantes e professores também são beneficiados com o trabalho. Para o bolsista do projeto Flaviano Almada, mais do que prestar assistência técnica, seu trabalho é uma ação de cidadania. “Acredito que o trabalho social é uma espécie de retorno pelo investimento que a sociedade faz para que eu estude numa universidade pública”, declara.



Entre as capitais, a situação de Fortaleza é melhor, com **81% dos projetos** do MCMV em execução, acima da média de 68% (PAC 2)



O estudante Caio Ervedosa também concorda e afirma que a satisfação de realizar uma tarefa social não tem comparações. “Já trabalhei em escritórios de arquitetura que atendem pessoas de alta renda. É um trabalho de decoração de interiores. Eu particularmente não gosto. É muito melhor o retorno que a comunidade dá com o projeto que você elabora”.

Déficit habitacional: desafio do poder público

Por déficit habitacional, compreende-se a soma da quantidade de famílias que declaram não ter um teto, que habitam locais inadequados ou que compartilham uma mesma moradia e pretendem se mudar. Não são levadas em conta as famílias que vivem de aluguel em casas adequadas.

No Ceará, considerando os dados do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social, o déficit habitacional chega a 391.717 unidades, representando 21,29% do total de domicílios no Estado. Para 2023, estima-se um déficit de 564.554 domicílios, 16,45% das unidades habitacionais.

Diante da demanda por moradias, as 12 mil casas entregues até 2011 pela atual gestão do Governo estadual não chegam nem perto de resolver o problema. Para reduzir o déficit, o Governo do Estado tem priorizado a eliminação das áreas de risco, que somente na Capital cearense chegam a 98. Como exemplo, Flávio Jucá, Coordenador de Habitação da Secretaria das Cidades do Estado do Ceará, cita o trabalho realizado no Rio Maranguapinho, iniciado em 2008 e previsto para ser concluído até o final do ano. Além de promover a urbanização da área, o projeto reassentou mais de nove mil famílias.

Outro instrumento visado pelo poder público estadual para enfrentar o problema é o programa do Governo Federal Minha Casa, Minha Vida (MCMV), lançado em 2009 com o objetivo de construir, até 2014, três milhões de moradias para famílias com renda mensal

de até 10 salários mínimos. “Se a proposta é de interesse social e se é constatada a inviabilidade do empreendimento pelo limite financeiro do Governo Federal, o Estado entra com mais recursos. O que a gente pretende é alavancar as fontes de recursos. Com dinheiro do Estado e do MCMV, em 2014, poderemos chegar a 57 mil unidades”, estima Jucá.

De acordo com a Secretaria de Cidades, a primeira fase do MCMV no Ceará deve entregar 5.500 imóveis, para cidades de até 50 mil habitantes, e mais 13.974 moradias, para municípios com população superior. Na segunda fase do projeto, já com capital do Estado, a estimativa é de que sejam construídas 6.250 unidades em municípios de até 50 mil habitantes. Para os municípios com população superior, a meta é construir 39.640 residências. A previsão para o fim das obras das duas etapas do MCMV é 2014.

Em Fortaleza, segundo a Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor), o déficit atinge 75 mil famílias. Nos últimos sete anos, a Prefeitura de Fortaleza entregou 5.212 casas para famílias de baixa renda, menos de 10% da demanda por unidades habitacionais. Na Capital, apenas 608 famílias foram beneficiadas pelo MCMV, de um total de 90 mil inscritas no Cadastro Habitacional Único demandante (pessoas que aguardam pelo benefício) em 2009. Segundo a Habitafor, há previsão de que 2.288 famílias sejam beneficiadas pelo MCMV até 2014.

A matemática é simples. As famílias crescem e aumentam as demandas por habitação – o déficit habitacional tem aumento natural. Segundo o Coordenador de Projetos Estratégicos da Habitafor, Daniel Rodrigues, a população de Fortaleza cresceu 100% nos últimos 20 anos. E, segundo dados do IBGE, a população brasileira cresceu quase 10 vezes no século passado: passou de 17 milhões em 1900 para quase 170 milhões em 2000. Em apenas três décadas (período 1950-1980), a população brasileira teve um acréscimo de 67 milhões de pessoas: passou de 52 para 119 milhões.

Em Fortaleza, também interferem no aumento do déficit habitacional as alterações ambientais, como as grandes secas que o Ceará já viveu, deslocando populações do Interior para a Capital. No caso das capitais, Daniel Rodrigues explica que existe um agravante a mais: a atratividade. Segundo ele, as grandes cidades seduzem a população em busca de emprego ou mesmo de estudo, aumentando o número de habitantes. “É muito difícil combater o avanço do déficit. Não podemos impedir a entrada de pessoas na Capital. Cabe ao Estado promover políticas de cidades, que trabalhem questões urbanas em municípios de pequeno e médio porte”.

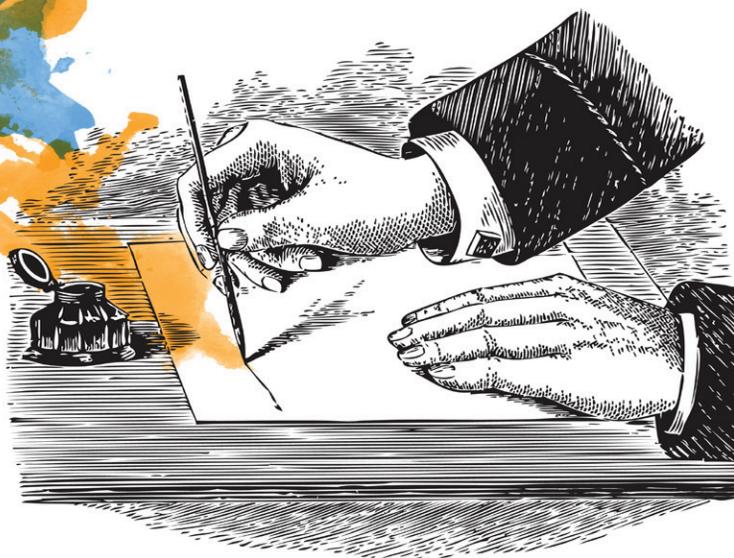
Já Flávio Jucá comenta que essa política vem sendo executada pela atual administração estadual. “Descentralizando, minoramos o êxodo. O Governo tem investido bastante nas regiões, e já vimos os frutos no Cariri e em Sobral. As pessoas já não vêm tanto para a Capital”.

Escritório de Tecnologia Social da UFC (ETecS)

Ao lado do Bloco 708 do Campus do Pici Segunda a sexta-feira, das 8h às 17h
www.etcets.ufc.br

Contato pelo CREA-CE:
(85) 3453.5842

Quem dá mais para a Cultura?



Os incentivos para a Cultura no Ceará existem – e até numa linha crescente –, mas esbarram em desafios elementares, como a falta de visão artística dos gestores

Por Lorena Alves

Os conceitos de cultura e arte, por vezes, se emaranham, dançam num só ritmo – mas também se desentendem quando convêm. Esses universos, incontáveis, imbricam-se nas ciências humanas, que sofrem certo preconceito de uma academia que, sim, ainda mantém viés conservador. Enquanto nas universidades persiste o desafio de se fazer entender o espaço das manifestações artístico-culturais, no poder público o impasse parece maior. Além disso, as críticas às secretarias de Cultura – em todas as instâncias de poder – fazem coro na classe artística; questiona-se a indicação política do secretário, a ausência de programas e projetos firmes nesse setor e até o atraso no pagamento dos recursos dos editais de fomento.

Para o Prof. Elvis Matos, titular da Secretaria de Cultura Artística (Secult-Arte) da Universidade Federal do Ceará, a estrutura das secretarias municipal e estadual de Cultura ainda prezam mais pela indicação política do que pela qualificação técnica. “A vaga é entregue a alguém que precisa de um cargo. Artes são chamadas de Cultura. A credencial é intelectual ou pseudointelectual”, critica. Em relação à publicação de editais, que tem sido largamente adotada nas secretarias, Elvis diz que, apesar da conotação política, a iniciativa configura um avanço, mas somente até certo ponto. “Nos resultados de editais, há projetos para financiar um CD individual que dariam para uma viagem de turnê para 40 pessoas na Austrália”, exemplifica.

Segundo o Secretário Executivo da Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor), Márcio Caetano,

nos últimos anos, têm-se realizado esforços para criar o Sistema Municipal de Cultura, que procurará fortalecer uma ação mais efetiva das secretarias. “É preciso criar políticas que atravessem governos, o tempo da gestão. Há problemas de instabilidade e continuidade quando determinado governo não é reeleito”, explica. “Com a criação desse Sistema, deixamos de fazer uma política de governo para fazer uma política de estado, permanente, que precisa ser reconhecida como direito”.

De acordo com Caetano, o ciclo de criação do Sistema Municipal de Cultura deve ser fechado ainda este ano, quando será votado, pelos vereadores de Fortaleza, o Plano Municipal de Cultura, que prevê diretrizes para os próximos 10 anos. Segundo ele, a criação da Secultfor, em 2007; a instituição do Conselho Municipal de Política Cultural, em 2010; e a aprovação de um fundo municipal de cultura, em 2012, são peças fundamentais na construção de uma política pública consistente para o setor. Aprovado na Câmara Municipal, o Sistema Municipal de Fomento à Cultura garante 2% do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) para o fundo destinado à cultura.

No entanto, o Prof. João Paulo Lima, dançarino formado pelo curso técnico de Danças Contemporâneas do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, aponta como entrave o fato de os editais constituírem uma espécie de política única para as iniciativas culturais. “O edital virou política de governo, e eles estão com a gente nas mãos, porque essa é a única maneira de liberar verbas”, afirma. O mesmo viés

é levantado pelo Prof. Elvis Matos, que, embora otimista em relação à política de editais, avalia que essa ação tem de ser ampliada. “É avanço até certo ponto. O que não acho bacana é colocar artista de pires na mão para pedir dinheiro onde quer que seja. E não substitui política pública consistente para os campos das artes, que sofrem do essencial, que é a formação das pessoas”.

Quais os batimentos de cultura e arte na Universidade?

Com o intuito de ampliar e efetivar as ações artístico-culturais, a UFC instituiu, em abril deste ano, a Secretaria de Cultura Artística (Secult-Arte). De acordo com o Prof. Elvis Matos, à frente da Secretaria, a Universidade dá passos para a frente no sentido de se apropriar desse setor, que esteve durante décadas adormecido do ponto de vista oficial. Ele reconhece, entretanto, que há limitações a serem enfrentadas. “Primeiro precisamos superar essa visão assistencialista de extensão universitária. E fazer uma forma de encontro no qual a universidade possa realmente se estender, encontrar outras pessoas. Falta liderança na universidade”, reflete.

Para Elvis Matos, é preciso ampliar os horizontes quando o assunto é gestão cultural. Os artistas, acredita, devem se apropriar dos espaços de deliberação e marcar presença nos ambientes burocráticos, ainda que exista uma resistência do governo e instituições de ensino. “Não existe essa história de que não se pode fazer (trabalhos administrativos) porque perde a essência de artista. Não há nada pronto e nós precisamos nos desafiar. Poucas pessoas estão preparadas para isso, mas é possível ser artista, burocrata e pesquisador”.

Como a manifestação artística nunca pode ser via de mão única, o Prof. Elvis Matos defende a inserção de artistas e estudantes de arte na disseminação do conhecimento. Enquanto o governo tem seu papel para impulsionar e financiar, os artistas têm dever igualmente complexo: dialogar com a sociedade, e não somente falar para si mesmo. “Às vezes, ele (o artista) fica pensando apenas na linguagem artística, porque criar é muito fantástico. Mas ele corre o risco de ficar preso nesse universo da criação e se desvincular da realidade e, dessa forma, se esquecer da atuação política”, adverte.

Aventurando-se num terreno desnivelado, Elvis Matos se arrisca a tecer considerações sobre um tema que costuma ser encerrado com o simplório “arte não se define”. E supõe: “Todos nós nos comunicamos com a realidade através de sensações e emoções. Racionalizar vem depois. A nossa comunicação com a realidade passa pelo campo sensorial. Primeiro se atira, depois pergunta o nome. Às vezes, quando assistimos a alguns espetáculos, nos sentimos completamente burros, ficamos cansados de tentar entender. Não sentimos emoção. Ações feitas a partir desse pressuposto não são arte. No terreno do artístico, é preciso se emocionar para tentar entender depois”.

O produtor cultural João Luis Studart, licenciado em Música pela UFC, defende que a premissa fundamental para valorização de arte e cultura na



A chegada da Caixa Cultural a Fortaleza ampliou os espaços de criação e divulgação artística na Praia de Iracema, ao lado do Centro Dragão do Mar

Universidade é a implantação dessas linguagens na educação básica, pois, segundo ele, é necessário ocupar áreas historicamente distantes das artes, como a de tecnologias. “É na escola pública que devemos focar nossos esforços para envolver crianças e jovens na vivência artística. O público precisa ser educado a apreciar arte. E a educação artística no período escolar ajuda na hora de gerar uma identificação do indivíduo com a obra artística e cultural”.

Gerir cultura

Produções artísticas e culturais sempre integraram o espaço acadêmico, seja através das programações dos equipamentos da Universidade ou de iniciativas de estudantes e artistas. O cenário que começa a mudar, entretanto, é o modo de ver e fazer arte, trazendo-a para o ambiente institucional. Na UFC, cresceram consideravelmente, nos últimos anos, as graduações voltadas para a arte, como Dança, Teatro, Música e Cinema e Audiovisual.

O desafio é fazer com que essa arte produzida e difundida na Universidade transcenda o ambiente acadêmico. E, se os artistas reivindicam ocupar cargos administrativos e deliberativos, a exemplo das secretarias municipal e estadual de Cultura, é preciso investir na formação de pessoas qualificadas para, além de produzir, gerenciar esses espaços.

A Vice-Coordenadora do Curso de Dança da UFC, Prof^a Thais Gonçalves, garante que o projeto político-pedagógico da graduação já abrange essas

Aprovado pela Câmara dos Vereadores em março e sancionado pela Prefeita Luizianne Lins desde abril, o Sistema Municipal de Fomento à Cultura (SMFC) instituirá o Fundo Municipal de Cultura (FMC) e os mecanismos de mecenato de Fortaleza. Para ter funcionamento garantido em 2013, falta a publicação, até outubro, de decreto elaborado pela Secultfor e pela Secretaria Municipal de Finanças (Sefin). Esse é o prazo máximo para a proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) ser enviada para votação na Câmara. O SMFC instituiu, para a área da cultura, a destinação de 2% do que for arrecadado, anualmente, com o ISS e IPTU. Do montante destinado ao SMFC, 80% serão transferidos para o FMC e 20% para o mecenato.



Criado pela Lei N° 9.501, de 2009, o Conselho Municipal de Política Cultural de Fortaleza é formado por 44 representantes de entidades de várias linguagens artísticas. A UFC tem assento no órgão consultivo, fiscalizatório e deliberativo

O poder público vê a Cultura?

De acordo com o Secretário Márcio Caetano, o valor investido em editais da Secultfor, em 2012, foi de aproximadamente R\$ 4 milhões, que não integram o orçamento anual da própria Secretaria, de R\$ 35 milhões. Segundo Caetano, em 2013, com a efetivação do Fundo Municipal de Cultura, aquele número sobe para R\$ 11 milhões. Em relação à parceria entre Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (Secult) e Secultfor, Márcio Caetano diz que há vínculo, mas sobrevive numa linha tênue. “A gente dialoga, mas muitas vezes não se concretiza o diálogo. Precisaria ter mais, afinar mais, ter mais realização, mas temos parceria institucional em diversos projetos”, aponta.

Conforme acredita o produtor cultural João Luís Studart, para que a parceria transcenda o âmbito institucional e se consolide de fato, faz-se urgente o esforço dos poderes municipal e estadual para traçar um planejamento de corresponsabilidade da gestão pública de cultura. “Assim como na educação, Prefeitura e Estado devem definir bem seus papéis e trabalhar juntos de forma organizada, somando esforços tanto para criar novos espaços de acesso à cultura quanto para manter os existentes”.

Talvez sentindo o impacto gerado pela chegada da Caixa Cultural a Fortaleza, a Secult, alvo recente de duras críticas da classe artística, passará por mudanças. É o que garantiu o governador Cid Gomes, durante a cerimônia em que o secretário Francisco Pinheiro foi reempossado, no início de julho. À época, artistas de diferentes linguagens (teatro, música, dança, audiovisual, fotografia) foram à Praça do Ferreira, no Centro de Fortaleza, protestar contra a inoperância da Secretaria. No final de julho, o nome do ex-Secretário de Cultura do Estado Paulo Linhares foi cogitado para assumir a direção do Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC), órgão gestor do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, do Centro Cultural do Bom Jardim e da Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho.

Até o fechamento desta edição, as assessorias de imprensa da Secult e da Casa Civil do Governo do Estado não haviam confirmado a posse de Linhares no IACC. Procurada por **UP**, a Secult não conseguiu confirmar entrevista com o titular da pasta, Francisco Pinheiro. O motivo alegado foi falta de agenda do Secretário. **UP**

demandas. “A existência desse curso na Universidade, em si, já demonstra envolvimento dos artistas de Dança no Ceará, não só com o fazer técnico, mas com inserção num contexto mais ampliado. Não adianta fazer arte e não pensar como vão circular arte, pesquisa e criação em Dança”, reflete. O curso de Dança da UFC conta com disciplinas de produção, gestão cultural e curadoria.

Opinião semelhante compartilha o Diretor do Instituto de Cultura e Arte da UFC (ICA), Prof. Sandro Gouveia. “Uma das nossas metas é gerar uma formação ICA (geral) para o aluno, para que ele não saia com a visão só da área dele, mas também possa trabalhar na gestão cultural”. O professor explica que há projeto, ainda embrionário, de criar um curso de gestão cultural no ICA, mas a concepção ainda transita no plano das ideias. O projeto, garante Sandro, dialogaria com áreas mais técnicas de empreendedorismo, a exemplo dos cursos da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo (FEAAC).

Mesmo reconhecendo o crescimento da demanda por gestão cultural, o Diretor da FEAAC, Prof. Augusto César de Aquino, afirma que esse tema ainda passa por um momento “incipiente” na Universidade. Ele acredita ser preciso uma “integralização dos cursos de cultura e arte com as áreas mais tradicionais”. Na FEAAC ainda não há disciplinas direcionadas à gestão cultural, embora haja docentes interessados em amadurecer essa temática na Faculdade.



AINDA DÓI

Com a Lei Maria da Penha, cresceu o número de registros de violência contra a mulher em todo o País. Universidades, sociedade civil e poder público se unem para tentar sanar uma vergonha nacional que persiste

Texto: Raquel Chaves
Fotos: Davi Pinheiro e Jr. Panela

Quarenta e nove anos, divorciada duas vezes, sem filhos. No segundo ano do mais recente casamento com um deficiente visual – vítima de glaucoma juvenil –, começaram as agressões psicológicas e a zombaria. “Fui protelando, protelando, até que ele pesou demais na medida das chacotas e zombarias gratuitas. Eu não podia ir à casa dos meus pais porque ele ficava de birra. Começou a ficar além do suportável”. Em conversa com **UP**, desabafou a cearense Andirá (nome fictício). Tolerou por quase um ano as agressões. Deu um basta, registrou Boletim de Ocorrência, saiu de casa. Voltou 15 dias depois. O marido pediu quantos perdões foram necessários, a ela e sua família. Outra chance lhe foi dada. Mudaram-se para a Capital. Nas primeiras horas da manhã de um sábado, Andirá encerrou o café e pôs-se a lavar as roupas do casal, quando quase perdeu a vida.

“Sem fazer barulho, ele me deu uma gravata, um soco muito forte na cabeça e no ombro. Gritei pelo vizinho, mas não tive ajuda. Foi me arrastando, com o braço na minha garganta e com a outra mão batendo na cabeça e no ombro. Era muito forte. Muita dor. Me puxou para o quarto. Dei os gritos da morte e entrei em estado de choque. Começou a me asfixiar. Pedi a Nossa Senhora para não morrer. Enfraquecida, desmaiei. Ele voltou com um martelo. Afundou muito o lado direito e fraturou toda a parte frontal do meu rosto”. Nos trechos rasgados da própria boca de Andirá, parte de uma história ocorrida quatro anos atrás. Seu agressor casou novamente, acaba de ter um filho e ainda não pagou pelo que fez. Andirá passou por duas cirurgias delicadas, permaneceu internada por 15 dias no Instituto Doutor José Frota (IJF), em Fortaleza, mas se ergueu e não teve pena de si. Começou a luta pela punição do agressor, mesmo “toda quebrada”. Em suas palavras, “parecia um passarinho que um caminhão passou por cima”.

Em apenas seis anos de funcionamento, 2,7 milhões de ligações já foram registradas na Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 (ver coordenada). Os dados sistematizados de abril de 2006 a junho de 2012 contabilizam telefonemas com solicitações variadas, a exemplo de informações sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e denúncias de violência tão fortes como a história de Andirá. Em toda sua história, esse serviço – nacional e gratuito – registrou que a violência física esteve presente em 196.610 casos relatados. Desses, 93.903 (52%) apresentaram risco de morte e 83.442 (45%), risco de espancamento para a mulher. Desde o início da Lei Maria da Penha, o Ligue 180 registrou mais de 436.700 pedidos de informações sobre a Lei. De janeiro a junho deste ano, a média foi de 125

ligações diárias pedindo esclarecimentos sobre esse assunto. Também foram feitas mais 121.349 solicitações sobre demais leis, decretos e direitos da mulher, crimes diversos, rede de serviço especializado, entre outros.

Com o Disque 180, a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher vem ganhando força em âmbito nacional. A coragem de denunciar e seguir com o processo, como vem fazendo Andirá, é estimulada por esses serviços, mas nem sempre aparece ou se põe em prática. Não raro, a própria mulher e sua família minimizam a ameaça de morte sofrida, como aponta Antônia Mendes de Araújo, Coordenadora do Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Sexual Francisca Clotilde, em Fortaleza. “Conseguimos constatar esse temor nelas, mas ele vai só até certo ponto”, constatou.

“Porque estava de cabeça quente”, “porque havia bebido” são as costumeiras explicações para os atos de violência. “Ele jamais vai fazer isso”, também afirmam as usuárias do

EM 30 ANOS (1980-2010), FORAM ASSASSINADAS NO BRASIL QUASE 91 MIL MULHERES – 43,5 MIL NA ÚLTIMA DÉCADA, 4.297 MORTES SOMENTE EM 2010

equipamento municipal. O trabalho da equipe que atende no local, no entanto, é firme e tenta reforçar que, se é uma ameaça, há uma intenção. “Elas têm de desconstruir a ideia de que o companheiro seria incapaz de fazer isso. Com essa naturalização, elas acreditam que isso só acontece com outras mulheres”, explica Antônia Mendes. Para a Coordenadora, a sociedade foi educada para não ver a violência e não enxergar certas atitudes como uma relação de poder e dominação.

Em abril deste ano, foi divulgado o Mapa da Violência 2012, que tem um capítulo dedicado ao homicídio de mulheres (www.mapadaviolencia.org). No recorte histórico de um passado bem recente, a recapitulação de 30 anos (1980-2010) mostra que, nesse período, foram assassinadas no Brasil quase 91 mil mulheres – 43,5 mil somente na última década. O estudo aponta que o número de mortes por ano passou de 1.353 em 1980 para 4.297 em 2010, representando um aumento de 217,6%. Segundo dados preliminares, Espírito Santo, Alagoas e Paraná lideram as taxas de homicídios femininos (em termos proporcionais à população). O Ceará ocupa a 21ª posição. Nas capitais dos estados, os

níveis são ainda mais elevados. Fortaleza é a 10ª capital desse ranking negativo. No topo, Porto Velho, Rio Branco e Manaus.

Entre os 100 municípios brasileiros com maiores índices aparecem dois cearenses: Barbalha (11ª posição) e Quixeramobim (48ª). Os dados são referentes aos anos de 2008 a 2010. Para a Procuradora de Justiça Maria Magnólia Barbosa, não é possível dizer que as cidades da região do Cariri lideram os índices de violência doméstica no Estado. “O Mapa da Violência 2012 utilizou como fonte básica para análise de homicídios o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS). Mas ainda não existem dados referentes aos anos de 2011 e 2012”, aponta.

NATURALIZAÇÃO, ÁLCOOL, HONRA

A violência doméstica faz parte do cotidiano de homens e mulheres que, em muitas situações, naturalizam esse crime. Para a socióloga Gina Oliveira, pesquisadora do Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará (LEV/UFC), o problema também é resultado da interferência de valores culturais e morais. “É comum escutar músicas com termos depreciativos às mulheres em que banalizam o tratamento vulgar ou, até mesmo, ajudam a desvalorizar a condição feminina”, pontua Gina. Para ela, o conhecido ditado popular “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” reflete bem a situação feminina no ambiente doméstico. “É como algo restrito à esfera privada onde a mulher, muitas vezes, precisa aguentar em silêncio a situação pela qual passa. Isso favorece a perpetuação do machismo, onde as relações entre homens e mulheres são prejudicadas”.

Mudanças significativas, no entanto, foram percebidas pela pesquisadora ao longo dos seis anos de existência da Lei Maria da Penha, completados em agosto: “maior proteção às mulheres em situação de violência, maior punição aos agressores e o reconhecimento da violência doméstica como grave violação aos Direitos Humanos”. Entretanto, Gina Oliveira explica que, para ser mais efetiva, a lei precisaria contar com estrutura que fosse suficiente para atender a demanda dos casos. “Isso ocorreria com quantidade maior tanto de delegacias quanto de juizados específicos para o atendimento das mulheres”.

Para a pesquisadora do LEV/UFC, existe, ainda, uma correlação entre o consumo de álcool e drogas e a violência doméstica, embora não seja possível afirmar que eles sejam a causa dessa violência. “Mas, no momento das brigas, eles são mutuamente estimulados”, avalia a socióloga. Em muitos casos de violência doméstica, segundo a pesquisadora, o homem consegue o perdão da mulher por esta entender que a culpa é do álcool e acreditar



Antônia Mendes coordena o Centro de Referência Francisca Clotilde, onde também atuam a socióloga Rute Aquino, a educadora social Rosa Lima e a psicóloga Daniele Freire

que, quando sóbrio o marido ou companheiro, a violência não acontecerá novamente.

UM CRIME DE FEMINICÍDIO

Já existe um termo político utilizado para designar o crime cometido por um homem contra uma mulher a quem considera sua propriedade. Na maioria dos casos, esse crime é praticado por homens que têm vínculo familiar ou afetivo com a vítima. A violência contra a mulher também é tipificada como um crime de feminicídio. Essa forma de homicídio é estudada pela Antropologia e pelas feministas como o extremo dessa violência. Para Lourdes Góes, enfermeira e mestre em Saúde Pública, a violência contra as mulheres é uma questão política, social e cultural, em que há coação para que cumpram um papel destinado socialmente a elas. “As mulheres que não se adaptam a essas exigências são rotuladas de ‘vadias’, ‘desobedientes’, ‘prostitutas’ ou de ‘gênio forte’, perdendo o direito à autonomia e, às vezes, à própria vida”, explica Lourdes, também professora universitária e gestora do Hospital da Mulher de Fortaleza, recém-inaugurado pela administração municipal.

De acordo com a pesquisadora, as meninas são treinadas desde a infância, na sociedade brasileira, em um “modelo de feminilidade estereotipado e restrito”. Essa representação é marcada, ainda segundo Lourdes, por padrões de beleza, sensibilidade e recato. O reconhecimento social se dá por meio do casamento e, em menor medida, da maternidade. “Quando uma mulher se rebela a esse protótipo de feminilidade, sofre para se enquadrar, sacrificando sua integridade física e psicológica”, diz, acrescentando que o feminicídio acontece quando o Estado não garante a segurança das mulheres ou cria um

EM 2009, A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS CONDENOU O MÉXICO POR VIOLAR O DIREITO À VIDA, INTEGRIDADE E LIBERDADE PESSOAL DE MULHERES

ambiente no qual a vida delas não está seguras nas comunidades e lares em que vivem.

A pesquisadora aponta a gravidade do feminicídio na América Latina e exemplifica com Ciudad Juárez (México). “Lá, o caso é emblemático. Desde o fim do século XX, meninas e mulheres desaparecem ou são barbaramente violadas, mutiladas e mortas”, aponta Lourdes Góes, lembrando a primeira condenação de um Estado por feminicídio: em 2009, a Corte Interamericana de Direitos Humanos declarou o México culpado por violar o direito à vida, integridade e liberdade pessoal de mulheres. Para a professora, os assassinatos de mulheres por seus parceiros ou ex-parceiros amorosos são crimes frequentemente denominados passionais. “Porém, quase sempre eles não ocorrem sob forte tensão emocional, mas em situações que mostram claramente que havia uma intenção prévia de matar”.

Já existem pesquisadores dedicados a catalogar e analisar dados dessa natureza no Ceará. Ainda inédito, relatório avaliando os crimes de feminicídio ocorridos, ano passado, no Estado identificou 48 casos com características de crime de gênero e misoginia. A pesquisadora responsável pelo documento,

Profª Maria Dolores Mota, do Instituto de Cultura e Arte da UFC, baseou-se “nos casos publicados pela imprensa escrita e virtual”. De acordo com Dolores, não foram considerados os crimes com ligação direta com o “mundo do crime”, como dívida por drogas ou disputas de “ponto” de tráfico, nem aqueles com indícios de latrocínio. O estudo teve o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Secretaria de Políticas Para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) e da própria UFC.

Para Dolores Mota, que também coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família (Negif) da Universidade, vinculado ao Departamento de Economia Doméstica, quando se atribuem os casos de violência contra a mulher ao machismo, ainda se tem abordagem muito vaga, sendo necessário ir além. “Há a necessidade de se precisar o que é esse machismo. A gente vai ter de encontrar a construção dos sujeitos e as condições desses sujeitos homens e sujeitos mulheres na sociedade brasileira. Desde o processo de colonização na história do Brasil, as mulheres sempre foram colocadas em condições de subserviência”, diz.

Além disso, na construção da imagem da mulher, ela é tida como “sensual, doce, submissa, amorosa”. Na avaliação de Dolores, a mesma imagem atrai, até hoje, homens estrangeiros, “seja em busca de um simples romance, turismo sexual ou até tráfico de mulheres”. É um tipo de capital simbólico que coloca a mulher brasileira numa posição de objeto sexual para servir. “Isso continua dificultando a visibilidade da mulher como sujeito”. Outro aspecto apontado por Dolores que contribui para a violência doméstica está ligado à própria intimidade amorosa, em que “a violência explode tão fortemen-

PIONEIRO NA AMÉRICA LATINA, O INSTITUTO PAPAÍ, NO RECIFE (PE), DEFENDE UMA SOCIEDADE DE HOMENS E MULHERES COM OS MESMOS DIREITOS

te”. O patriarcado e o histórico de dominação do homem sobre a mulher são explicações, mas, segundo a pesquisadora, a construção de um amor em que os dois perdem a individualidade para se construir em um só ser também influencia. “Mas eles (homem e mulher) não são iguais, essa igualdade não existe. Um sempre vai dominar na relação. Para mim, no combate à violência contra a mulher, a crítica tem de avançar para a crítica ao amor romântico, tal qual é praticado hoje”, defende.

ORIGEM NA CULTURA PATRIARCAL

Nem todo homem é violento e jamais se pode concluir que a violência faça parte da identidade masculina. É o que defende a Profª Socorro Osterne, do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* do Centro de Estudos Sociais Aplicados e dos mestrados acadêmico e profissional em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará (Uece). Os programas são responsáveis pela publicação semestral “O público e o privado”, que divulga trabalhos de pesquisadores nacionais e estrangeiros, considerando a relevância e inserção da temática na produção do conhecimento para as políticas públicas. Na edição de número 18, publicada em dezembro último, a Profª Socorro trata da violência contra a mulher na dimensão cultural da prevalência do masculino.

Para ela, a violência apresenta-se de forma diferenciada para homens e mulheres. “Enquanto o homem sofre violência nas ruas, nos espaços públicos, praticada por outro homem, a mulher, na maio-

ria absoluta dos casos, torna-se vítima da violência masculina primeiramente dentro de casa”, aponta, endossando o que as diversas instâncias das redes de enfrentamento à violência contra a mulher percebem no dia a dia. Para Socorro Osterne, as raízes das desigualdades de gênero têm alicerce numa hierarquia já histórica e cultural entre homens e mulheres, privilegiando o masculino sobre o feminino. Esta desigualdade é manifestada, segundo ela, numa “ordem social e material fortemente simbólica”, que inferioriza, submete e discrimina a condição feminina em grande parte das áreas da convivência humana.

Os exemplos de discriminação apontados pela pesquisadora são perceptíveis na família, nas igrejas, no mercado de trabalho, nos processos de trabalho, nas instituições, nos partidos políticos, nos movimentos sociais. “Enfim, no imaginário coletivo sob a forma de representações sociais. Aos homens, o cérebro, a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade e os sentimentos”, pontua. Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Socorro Osterne representa a Uece junto à Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará (Sejus) para proceder ao monitoramento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra a Mulher, lançado, em agosto de 2007, pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Atualmente, Socorro também integra o Observatório da Violência Contra a Mulher (Observem).

Com um olhar para os primórdios, a Secretária de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres da Secretaria de Políticas Para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), Aparecida Gonçalves, disse à **UP** que o fenômeno da violência contra a mulher não é recente e tem-se manifestado, ainda que com algumas características distintas, ao longo da nossa história. “Embora possam ser citados diversos fatores que incidem e contribuem para este quadro, a origem fundamental da violência contra as mulheres é a cultura patriarcal e machista que é estruturante

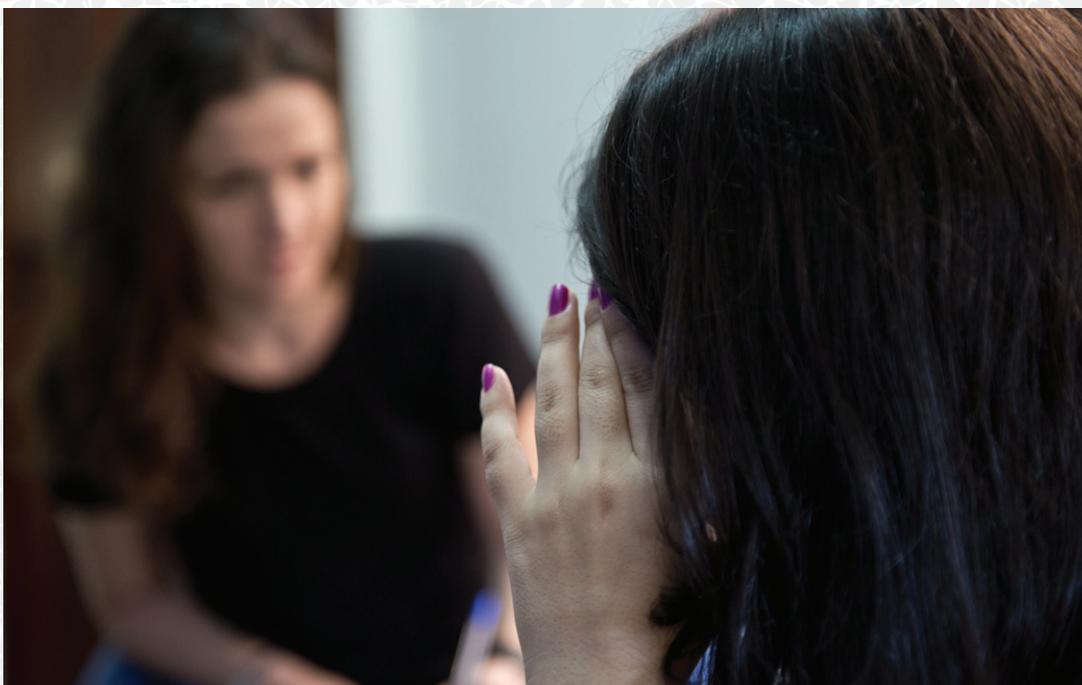
CENTRAL DE ATENDIMENTO À MULHER – LIGUE 180

Serviço de utilidade pública de emergência, gratuito e confidencial (preserva o anonimato). Funciona **24 horas**, todos os dias da semana, inclusive feriados. Pode ser acionado de qualquer lugar do Brasil. No serviço, qualquer pessoa recebe informação e orientação sobre os direitos das mulheres e sobre os estabelecimentos em que pode procurar orientações ou ajuda. A Central de Atendimento à Mulher foi criada em 2005 e efetivada um ano depois. Desde novembro de 2011, o **Ligue 180** atende a brasileiras em situação de violência também na Espanha, Itália e Portugal – de janeiro a junho de 2012, foram contabilizadas 90 ligações, que resultaram em 33 atendimentos.

Ligue 180 de janeiro a junho de 2012

- **388.953 chamadas** registradas, com uma média de **2.150 ligações por dia**.
- Desse total, a violência física foi o motivo de **26.939 atendimentos**.
- Dos 25.232 casos que registraram risco sofrido, 13.219 (52,4%) apresentaram risco de morte e 11.513 (45,6%) de espancamento.

Fonte: Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 (SPM/PR)



Criada em agosto de 2006, a Lei Maria da Penha encorajou mulheres à denúncia, criando instrumentos para coibir a violência doméstica



UP INDICA

Instituto Papai
www.papai.org.br

Campanha
www.homenspelofimdaviolencia.com.br

da nossa sociedade”. Essa cultura, segundo Aparecida, condiciona homens e mulheres a ocuparem papéis diferentes na sociedade, colocando-os em posições desiguais com relação ao poder. “Entendendo-se o poder não como algo que está presente apenas no Estado e nas instituições, mas em todas as microrrelações sociais cotidianas”, enfatiza.

Nesse sentido, as diferentes formas de violência (física, psicológica, moral, sexual etc.) manifestam-se como um “exercício de poder” para submeter e sujeitar as mulheres a uma posição hierárquica inferior. Ainda na avaliação da Secretária, a tolerância legítima e incentiva a violência contra as mulheres e é um dado histórico da nossa sociedade. “E é por isso que acabar com a violência envolve, necessariamente, uma mudança de cultura e o fim dessa tolerância por parte do Estado e de toda a sociedade”, defende Aparecida Gonçalves. Questionada sobre até que ponto nossa organização social e valores culturais e morais interferem na violência, a Secretária afirmou que os estereótipos de gênero, “que são elementos construídos no marco desta cultura”, podem, sim, contribuir para a violência ou reforça-la contra as mulheres. Para ela, a cultura machista estrutura a violência contra as mulheres.

Para além das fronteiras do Ceará e do Brasil, o problema recai nas mesmas soluções apontadas: a igualdade entre homens e mulheres. No início de junho deste ano, a SPM/PR esteve representada na 27ª Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul (RMAAM), em Buenos Aires (Argentina). Entre os apontamentos do en-

INAUGURADO EM 2006, O CENTRO DE REFERÊNCIA FRANCISCA CLOTILDE JÁ ATENDEU A 2.969 MULHERES - MAIORIA SOFREU VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA EM CASA

contro, tentou-se formular acordos técnicos regionais comuns, entre os países do Mercosul, para o enfrentamento ao tráfico e violência contra a mulher. O colegiado também recomendou a inclusão do tema “gênero” em pesquisas e censos nacionais e a implantação de pesquisa para acompanhar os índices de violência doméstica contra as mulheres. No segundo semestre de 2012, o Brasil ocupará a presidência *pro tempore* da RMAAM, por intermédio da SPM-PR.

O HOMEM FEMINISTA

Partindo da ideia de que a violência não faz parte da identidade masculina, como aponta a Profª Socorro Osterne, e da constatação de que muitos homens inclusive rechaçam atitudes violentas, principalmente contra a própria companheira, o Governo Federal reforçou, em 2011, campanha lançada três anos antes, reconhecendo que a mulher é tratada “de forma desigual e preconceituosa” e sinalizando para a necessidade premente de mudanças. Batizada de “Homens unidos pelo fim da violência”, foi idealizada pela Organi-

zação das Nações Unidas (ONU). “Pode parecer pouco diante de uma realidade em que a igualdade de gênero é algo tão distante do nosso horizonte”, antevia a então Ministra da SPM/PR, Iriny Lopes, no documento de lançamento da campanha.

Em 1997, iniciativa pioneira na América Latina culminou com a criação do Instituto Papai, sediado no Recife (PE). A organização não governamental atua com base em princípios feministas e defende a ideia de que sociedade justa é aquela em que homens e mulheres têm os mesmos direitos. Parte do trabalho é realizada em parceria com o Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (Gema), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). No Gema, o foco dos trabalhos são “os homens e as masculinidades”, a partir do enfoque feminista e de gênero.

A necessidade de também “ir aos homens” no estudo da violência contra a mulher levou a psicóloga Anna Renata Pinto a defender dissertação de mestrado, em 2008, em que analisava os homens na rede de atenção à violência contra a mulher em Recife, a partir dos repertórios dos profissionais que atuavam na rede. Orientada pelo Prof. Benedito Medrado-Dantas (Gema/UFPE e Instituto Papai), Anna identificou como os profissionais que atuavam nas instituições de prevenção, assistência e enfrentamento à violência contra a mulher na Capital pernambucana posicionavam-se em relação à atenção aos agressores. A exemplo do que ocorre na maioria dos estados, ainda não se costuma incluir uma atenção voltada diretamente ao homem que pratica a violência doméstica.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM NÚMEROS

Atendimentos

De 1ª vez (de 2006 até maio de 2012):
2.969

Total, inclusive retornos (de 2006 até maio de 2012):
9.502

Total, inclusive retornos (de janeiro a maio de 2012):
404

Tipos de violência (janeiro a maio/2012)

248
PSICOLÓGICA

168
MORAL

106
FÍSICA

82
PATRIMONIAL

50
SEXUAL

Raça/Etnia (janeiro a maio/2012)

30
BRANCA

21
MORENA

5
NEGRA

17
PARDA

1
NÃO INFORMOU

Idade (janeiro a maio/2012)

14 - 18 ANOS **3**

19 - 25 ANOS **14**

26 - 35 ANOS **32**

36 - 45 ANOS **13**

46 - 55 ANOS **8**

56 - 65 ANOS **1**

ACIMA DE 65 ANOS **1**

NÃO INFORMOU **2**

Fonte: Observatório da Violência do Centro de Referência Francisca Clotilde

UP INDICA

Vídeos de campanhas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em favor da Lei Maria da Penha:

www.is.gd/mlBn22
www.is.gd/SML12v
www.is.gd/3pmvmb

Lei Maria da Penha na íntegra:

www.is.gd/kzfkOT

Tipos de violência contra a mulher:

www.is.gd/RJITfd



Em 2012, até 2 de agosto, foram registrados, em todo o Ceará, 10.693 B.O.s e 1.599 inquéritos de casos de violência contra a mulher

“Há uma tendência, especialmente na fala das profissionais vinculadas ao movimento feminista e de mulheres, a defender medidas punitivas como estratégia para atuação junto aos homens que cometem esse tipo de violência”, ressalta a pesquisadora, em seu trabalho. O pioneirismo veio com o município fluminense de Nova Iguaçu, que criou, dois anos após a promulgação da Lei Maria da Penha, o primeiro centro de reeducação de homens autores de violência contra mulheres. A parceria envolveu a Prefeitura local, Ministério da Justiça e Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). Em seu primeiro ano de funcionamento, o Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência Doméstica Contra a Mulher (SERH) atendeu 674 homens. Apenas 5% deles aderiram de forma espontânea ou foram conduzidos por Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. O restante foi encaminhado pela Justiça.

VIOLÊNCIA OBSERVADA

Desde que foi inaugurado, em 2006, o Centro de Referência Francisca Clotilde já atendeu a 2.969 mulheres. As informações foram repassadas à reportagem de **UP** pela Coordenadora do Observatório da Violência da instituição, a socióloga Rute Aquino. Projeto estratégico do Centro, o Observatório vem construindo um banco de dados sobre violência contra a mulher em Fortaleza.

O alicerce das informações é o histórico apresentado pelas próprias mulheres que procuram o equipamento. Dessa forma, uma equipe multidisciplinar vai conhecendo tanto o perfil da mulher que sofre violência, quanto o perfil do agressor dela e a caracterização da violência sofrida. De acordo com Rute, é feita análise cuidadosa dos dados para estudos de caso e para subsidiar oficinas e outras instituições vinculadas, além de estudantes e pesquisadores em geral. “Essas informações ajudam nas ações preventivas e de atendimento”, explica a socióloga, apontando a média etária mais comum

APENAS COM A PROMULGAÇÃO DA ATUAL CONSTITUIÇÃO FEDERAL, EM 1988, A MULHER CASADA OBTEVE O DIREITO DE TRABALHAR SEM A AUTORIZAÇÃO DO MARIDO

entre as usuárias do serviço: mulheres de 25 a 36 anos. Rute Aquino também destaca a violência psicológica como frequente e grave problema quando se trata de violência doméstica, além de endossar o discurso de alerta: essa situação não é natural, apesar de muitos acreditarem que sim.

“Em nossos atendimentos, a violência que mais aparece e se destaca é realmente a psicológica, o que ajuda muito a desmistificar aquela coisa de que a violência é sempre a física. Isso nos permite alertar as mulheres para uma situação que não é natural. Não deixar a companheira fazer certas coisas, vestir certas roupas; não deixá-la trabalhar ou ver a família é uma violência velada. Você não percebe, não tem conhecimento. Acha natural, normal. Mas não é normal coisíssima nenhuma”, enfatiza a Coordenadora do Observatório.

O perfil de usuárias atendidas, ainda segundo ela, independe da classe social. “Uma das variáveis é justamente essa: já atendemos, ao longo dos anos, mulheres que ganhavam muito bem e mulheres que não tinham renda nenhuma. Isso ajuda a desmistificar também. A violência contra a mulher independe de raça, escolaridade, etnia, faixa etária. Falo pelas usuárias do Centro de Referência Francisca Clotilde”. Ao longo de seis anos de trabalho e com quase 3 mil mulheres atendidas na instituição, esse número é considerado “alarmante” pela pesquisadora, mesmo que nem Fortaleza nem o Ceará se destaquem no

O Ceará tem déficit de 16 delegacias de Defesa da Mulher,

já que a Constituição Estadual determina a construção de delegacias especializadas em todos os municípios com mais de 60 mil habitantes. Os sete que possuem a unidade são Fortaleza, Sobral, Maracanaú, Juazeiro do Norte, Iguatu, Crato e Caucaia. Atualmente, o governo estadual constrói mais duas, em Pacatuba e Quixadá.

QUANDO O RISCO É IMINENTE

Quando o risco de morte para a mulher é comprovado, a Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher trabalha com serviços de abrigo temporário que tentam protegê-la e reunir condições necessárias a retomada do curso de sua vida. No Ceará, funcionam duas dessas instituições, em endereços sigilosos: a Casa Abrigo, mantida pela Coordenadoria Especial de Políticas Para as Mulheres, da Prefeitura de Fortaleza; e a Casa do Caminho, vinculada à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) do Governo do Estado. O acesso a esses serviços dá-se apenas por meio de encaminhamento dos serviços especializados da rede de atendimento, que realizam a avaliação e triagem da situação – a exemplo do Centro de Referência Francisca Clotilde.

“Trabalhamos muito com elas a questão da autoestima, da autonomia econômica e as encaminhamos para capacitação ou emprego durante a estada aqui”, explica a advogada Daniella Alencar, coordenadora da Casa Abrigo, que funciona desde 2007 e tem capacidade para receber 25 pessoas – entre mulheres e seus filhos de até 18 anos. Ali, o funcionamento gira em torno do acolhimento à mulher em situação de violência e risco de morte e da tentativa de retirá-la desse risco.

Quando criada, em 1992, a Casa do Caminho, também em Fortaleza, era a segunda mais antiga experiência nacional desse tipo em funcionamento. Lá, de janeiro a maio deste ano, 17 mulheres e 24 crianças/adolescentes foram albergados.



No Centro de Referência Francisca Clotilde, o perfil de mulheres atendidas independe da classe social

topo dos índices de violência contra a mulher, em comparação com os demais estados.

No âmbito do Ministério Público Estadual, foram criados órgãos para articular ações, campanhas e programas educativos e para melhorar o atendimento logístico que visem combater à violência contra a mulher: os Núcleos de Gênero Pró-Mulher. No Ceará, eles são coordenados pela Procuradora de Justiça Maria Magnólia Barbosa, em Fortaleza, Sobral e Juazeiro do Norte. As atividades tentam estimular as denúncias e dar visibilidade ao assunto. Para ela, o movimento feminista tem razão quando diz que a cultura machista, principalmente no Nordeste, é a principal causa de violência contra a mulher.

Respalhada pelo trabalho realizado nos Núcleos, Magnólia diz observar várias causas da violência doméstica no Ceará. Associado à cultura do machismo, o uso de drogas lícitas e ilícitas ainda explica tantos crimes cometidos. “Penso que a história de inferiorização feminina é gritante desde o início da civilização”. Uma subordinação que vem sendo expressa reiteradas vezes na legislação vigente de vários países – “inclusive no Brasil, nas mais diversas épocas, demonstrando que as mulheres têm sido objeto de seus senhores (pais, irmãos, maridos, filhos e cunhados)”. A Procuradora ressalta que muito se viveu em um mundo machista e “multipreconceituoso de supremacia masculina”, onde o feminino era submetido à restrição da liberdade e tinha seus direitos suprimidos, anulados ou ignorados. “No Brasil, somente em 1932, a mulher conquistou o direito ao voto. O Código Civil de 1917 considerava a mulher casada incapaz do ponto de vista civil, o que só seria modificado em 1962”, observa. Outro exemplo citado por Magnólia Barbosa foi a proibição de a mulher casada trabalhar sem a autorização do marido, o que mudaria apenas com a promulgação da atual Constituição Federal, em 1988.

“Os homens que reproduzem essa desigualdade de gênero são potencialmente agressores na medida em que eles não identificam ser essa desigualdade geradora de violência”, aponta Daniella Alencar, Coordenadora da Casa Abrigo de Fortaleza. Para a ad-

vogada, a violência contra a mulher nunca deixou de existir, mas está tendo visibilidade. “E isso é positivo, porque a violência não está mais guardada no espaço privado. No momento em que se descortinou isso, essa visibilidade foi mostrando algumas coisas que a sociedade ou não queria ver ou naturalizava”.

Andirá – a personagem do início da matéria, com uma história repleta de outras tantas dificuldades e superações que não couberam nestas páginas – teve coragem. Para preservar nossa entrevistada e a pedido dela, a reportagem de **UP** utilizou um nome fictício e não o escolheu à toa. A palavra de origem grega aponta para “aquela que tem a vitória”. Porque, quando seu ex-marido e agressor for preso, “vai ser um alívio muito grande. Ai, enfim, o passarinho vai voar de novo”. **UP**

Telefones úteis

NO BRASIL

• Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres da Presidência da República (Brasília – DF) / Telefone: (61) 3411.4330

www.presidencia.gov.br/spmulheres
web@spmulheres.gov.br

NO CEARÁ

• Coordenadoria Estadual de Políticas Públicas Para as Mulheres (Cepam)

(Fortaleza – CE) / Telefone: (85) 3242.1995
coordenadoriademulheres@gabgov.ce.gov.br

EM FORTALEZA

• Coordenadoria Especial de Políticas Para as Mulheres da PMF

Telefones: (85) 3255.8329 / 3255.8359 / 3255.8372

www.fortaleza.ce.gov.br/mulheres
coordenadoriadamulher@fortaleza.ce.gov.br

OBS.: INTERMEDIÇÃO CONTATO
COM A CASA ABRIGO

• Centro de Referência Francisca Clotilde
Telefones: (85) 3105.3415 / 3105.3417 /
0800.280.0804 (ligação gratuita)

Lidando com resíduos e calor

Movido a combustíveis gasosos (butano, hidrogênio, propano, álcool e gasolina em vapor ou biogás, por exemplo), o protótipo de minitermoelétrica desenvolvido pelo **Laboratório de Combustão e Energias Renováveis (Lacer)** promete ser peça-chave na reengenharia de fornos e caldeiras. Com ele, vislumbram-se o melhor reaproveitamento de resíduos da combustão e a otimização na geração de calor. • Concebido em 2007, durante o pós-doutorado do Prof. William Barcellos, nos Estados Unidos, e aprimorado de lá para cá, o protótipo tem apresentado resultados satisfatórios na queima de resíduos gasosos, gerando baixa emissão de gases poluentes e operando com eficiência energética superior à de caldeiras comuns. Seu diferencial é a prática da combustão em meio poroso e um sistema regulador de calor, ambos instalados dentro do queimador. • O Laboratório possui parceria com a Petrobras em testes para a reciclagem de resíduos gasosos encontrados nas bacias de exploração da camada pré-sal. Desenvolve, ainda, estudos e tecnologias no reaproveitamento do glicerol residual do biodiesel e na geração de energia através da queima da casca da castanha.

Laboratório de Combustão
e Energias Renováveis (Lacer)



Departamento de Engenharia Mecânica
Centro de Tecnologia da UFC

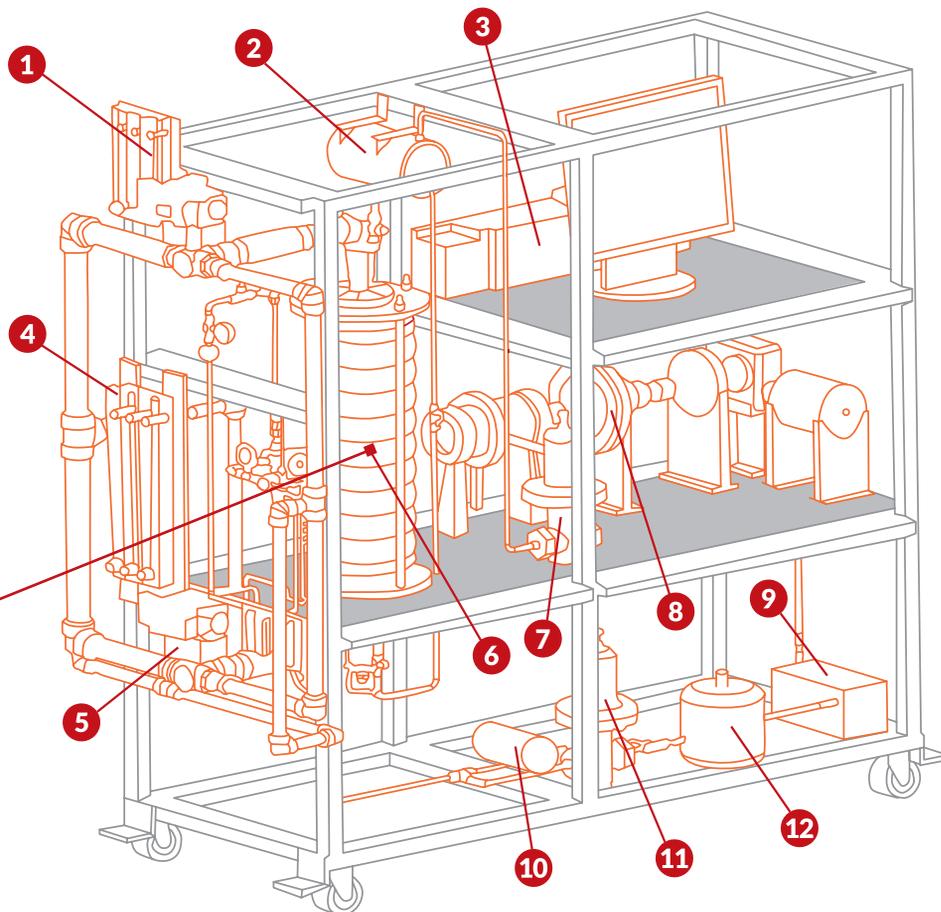
Professor Orientador:
William M. Barcellos

Protótipo da minitermoelétrica

1. Rotâmetro (gás)
2. Tubulão de lama
3. Sistema de aquisição de dados
4. Rotâmetro (ar)
5. Válvula eletropneumática
6. Caldeira superadiabática
7. Válvula reguladora de pressão (vapor)
8. Turbina Tesla
9. Condensador
10. Bomba
11. Válvula reguladora de pressão (água)
12. Desbolhador



A **matriz porosa** dentro da caldeira é feita com esferas de alumina (Al₂O₃). Peculiaridade do projeto, aumenta a retenção de calor e potencializa a eficácia da caldeira.



O processo de combustão na minitermoelétrica



1. O meio poroso é forçado a atingir temperatura superior a 926 °C através de um sistema elétrico de pré-aquecimento.

2. A mistura ar-combustível é inserida na caldeira, sofrendo ignição. A temperatura se mantém estabilizada com a produção contínua de calor.

3. Para a estabilidade dos processos de combustão e vaporização, um sistema de escoamento de água mantém a temperatura sob controle na caldeira.

4. Válvulas nas extremidades da caldeira alternam o fluxo de entrada e exaustão do calor para aumentar a eficiência do aparelho.

5. De funcionalidade versátil, o sistema pode produzir energia elétrica através do calor ou reaproveitar resíduos como combustível na síntese de compostos químicos.

Algumas aplicações da tecnologia



Consumo dos resíduos na exploração dos poços de pré-sal



Reaproveitamento de combustíveis para síntese de hidrogênio



Purificação de ambientes industriais



Esterilização de equipamentos médicos

Eficiência energética



Caldeiras regulares de 70% a 85%



Protótipo do Lacer alcança cerca de 90%

Emissão de monóxido de carbono (CO)

• 100 ppm (partes por milhão) é o limite permitido de emissão de CO para incineradores*. Automóveis produzem uma média de 3.500 ppm.

• O protótipo do Lacer emite CO e NO_x (óxidos de nitrogênio) em torno de 2 ppm.

*RESOLUÇÃO 316/2002 DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA

ESPAÇO URBANO

PANFLETOS
POR TODOS
OS LADOS

OUTDOORS IRREGULARES E PANFLETOS AO CHÃO
SÃO APENAS ALGUNS PROBLEMAS DA POLUIÇÃO VISUAL,
QUE DEVE CRESCER DURANTE AS ELEIÇÕES DESTE ANO

TEXTO: LORENA ALVES * FOTOS: DAVI PINHEIRO



As ruas de Fortaleza – e de tantas outras cidades – transformaram-se em verdadeiras trincheiras de informações publicitárias, muitas indesejáveis ao pedestre ou motorista. *Outdoors* invadem as calçadas, cartazes estão pregados em postes, e panfletos de liquidação de supermercados ou lançamentos imobiliários são jogados ao chão. Isso quando o punhado de santinhos de um político, dirigido a uma só pessoa, não é enfiado à força pelas janelas dos ônibus. Organizar e normatizar o espaço público exige planejamento governamental, levando-se em conta que debater poluição visual é mexer num imbróglio que envolve até segurança pública. Basta lembrar as ruas desertas, abandonadas e poluídas pelas quais a população já desistiu de transitar.

Para o Prof. Romeu Duarte, do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, planejamento não é uma palavra que rima com o cearense, cabendo, por isso, aos gestores públicos apertar o cerco para ordenar o ambiente urbano. “O cearense e o fortalezense são avessos ao planejamento. Ele apenas se mexe se tiver algum dinheiro para colocar no bolso. Teria de haver planejamento com algum tipo de compensação, como a redução de IPTU, por exemplo, para quem oferecesse algo de interesse para a cidade”, opina Romeu, referindo-se às fachadas das casas antigas do Centro da cidade, “alugadas” para fazer *merchandising*.

Se em temporadas menos intempestivas a poluição resiste, em campanhas eleitorais esse desacordo visual e ambiental ganha proporções ainda maiores. Mesmo com a intervenção do poder público para diminuir a agressão ao meio ambiente, os conhecidos santinhos e praguinhas (panfletos bem pequenos) ainda ocupam as calçadas.

Em entrevista à **UP**, dois coordenadores de gráficas de grande porte de Fortaleza afirmaram que a demanda por material aumenta de 30% a 40% no período de campanha política.

Em relação ao lucro das gráficas, o presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado do Ceará, Eulálio Santiago, afirma que o incremento é de 15% em cada mês da campanha. Há algumas décadas, afirma Santiago, quando não havia legislação específica sobre o assunto, esse índice subia para 50%. “No passado, as campanhas duravam de cinco a seis meses e, como não havia maiores impedimentos da Justiça Eleitoral, as pessoas pregavam onde quisessem, em postes, árvores, por cima de outros panfletos, e isso fazia uma confusão enorme”, relembra.

Na Prefeitura Municipal de Fortaleza, a fiscalização da publicidade no espaço público fica a cargo da Comissão de Combate à Poluição Visual da Secretaria do Meio Ambiente e Controle Urbano (Semam). De acordo com a Coordenadora da Comissão, Maria Luiza Távora, o trabalho é feito a partir de denúncias que chegam ao órgão. “Muita

“A Avenida Bezerra de Menezes é uma espécie de **Las Vegas tupiniquim**.” (Romeu Duarte)

O QUE E QUANTO PODE SUJAR NO PERÍODO ELEITORAL

Para regulamentar a publicidade no período eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral divulgou, em junho, a Resolução nº 23.370, que estabelece o que pode ou não ser feito durante a campanha municipal deste ano. De acordo com o TSE, é proibido fixar material publicitário em espaços de uso comum, como viadutos, postes, placas de sinalização, pontes, paradas de ônibus, cinemas, lojas, dentre outros. *Outdoors* também não podem ser utilizados pelos candidatos, mas são liberadas placas com menos de 4 m² em espaços particulares, desde que o dono do imóvel concorde. Também podem ser utilizadas, em residências ou comitês de partidos, pinturas e faixas, se acordado entre todas as partes envolvidas e de forma totalmente gratuita. É vetada qualquer negociação financeira para usar muros e fachadas particulares. A distribuição de folhetos também está autorizada, mas deverá conter o CNPJ ou CPF de quem financiou o material.

coisa mudou, apesar de várias pessoas não reconhecerem isso. O povo está começando a se conscientizar de que não precisa colocar uma placa do tamanho da fachada para ser vista”, acredita Luiza.

Em Fortaleza, a Lei Municipal nº 11.504/1998 é responsável por “organizar, controlar e orientar o uso de mensagens visuais de qualquer natureza, respeitando o interesse coletivo, as necessidades de conforto ambiental e as prerrogativas individuais”. Dentre outras determinações, a legislação proíbe a instalação de publicidade em logradouros públicos, como árvores, postes, fachadas de edifícios residenciais e áreas de preservação ambiental. De acordo com a Comissão de Combate à Poluição Visual, até junho deste ano, a Semam havia retirado, de diversos pontos da Capital, 2.207 faixas, 5.123 placas imobiliárias, seis bancas de revistas e apenas um *outdoor*.

Apesar da exclusão de anúncios publicitários em algumas regiões da cidade, muitas ruas ainda carecem de organização. Segundo Romeu Duarte, determinados corredores de Fortaleza são mais simbólicos quando o assunto é poluição visual. Os mais poluídos, afirma, estão nas avenidas Santos Dumont, Desembargador Moreira, Bezerra de Menezes, Mister Hull, Alberto Magno e Gomes de Matos, além de todas as BRs. “A Bezerra de Menezes é uma espécie de Las Vegas tupiniquim”, ironiza Romeu. Em 2011, a Semam emitiu 267 notificações somente ali.

Porém, todas essas regiões não conseguem superar o imbatível Centro da cidade, primeiro lugar em demandas. O Prof. Romeu Duarte explica que ali a poluição visual agrega outro problema: a privatização do espaço público. Ruas, casas, corredores culturais e até patrimônios públicos podem se transformar em espaços publicitários. “É preciso pensar um projeto para o Centro, pois 12% do Produto Interno Bruto do Ceará estão lá”, afirma.

Mesmo com as multas a que o infrator pode ser submetido, que podem iniciar em R\$ 1,2 mil e subir consideravelmente após a reincidência, Maria Lui-

Em Fortaleza, as avenidas Santos Dumont, Desembargador Moreira, Bezerra de Menezes, Alberto Magno, Gomes de Matos e as BRs são consideradas pontos críticos de poluição visual

za Távora diz que, em alguns lugares, a exemplo do Centro da cidade, há, sim, resistência significativa no cumprimento da lei. Para a Coordenadora, embora a legislação seja eficiente, poderia sofrer mudanças para ser aplicada com mais rigor. “Seria muito bom se ela fosse revisada, pois muito mudou de 1998 para cá”.

Para o Prof. Romeu Duarte, a cidade de Fortaleza carece de planejamento urbano e fiscalização, pois, segundo ele, as ações do poder público municipal são pontuais e ineficazes. “Muitas lojas se projetam para cima das calçadas, os letreiros escondem fachadas antigas que não foram recuperadas, às vezes maiores do que os próprios edifícios”, critica o também ex-Superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Ceará.

Atualmente, a Semam conta com uma equipe de 33 fiscais, divididos nos turnos de manhã, tarde e noite. Sobre o corpo de funcionários, Romeu Duarte avalia que o impasse não é a quantidade, mas, sim, a intensidade do trabalho. “Fiscal é para ser trazido numa rédea bastante curta e tem de ser fiscalizado também. Toda a fiscalização é prevista em lei; agora, se ela não é cumprida...”

Outro problema é o desapareço da população com o espaço que vai da calçada para fora de sua casa. São peças fundamentais nesse processo de valorização do espaço público ações afirmativas de governo para incentivar o sentimento de pertença da



No Centro da cidade, letreiros escondem fachadas de casas e prédios antigos que não foram recuperadas



Mesmo com o contato telefônico da publicidade irregular divulgado, panfletos de cartomantes são comuns em postes e muros de Fortaleza

população, explica a Prof^a Anna Lúcia dos Santos, do Curso de Design da UFC. “Por que você joga uma lata de refrigerante pela janela do ônibus ou do seu carro e não joga no chão do seu quarto? As pessoas não consideram o espaço público como seu. Não sentem que pertencem a um sistema coletivo que depende de todos para funcionar bem”, justifica.

Publicidade goela abaixo

Bastam poucos minutos próximo a algum panfleto para perceber a rejeição da população em relação à publicidade. **UP** entrevistou uma militante de partido político, cujo nome será preservado, que explicou por que não gosta de distribuir os conhecidos santinhos de candidato. “Não gosto de ficar recebendo, por isso fico mais com as bandeiras e adesivos, pois, quando a pessoa não quer receber, apenas guardo”.

Frequentadora assídua do bairro Benfica, a estudante de Geologia da UFC Celina Ximenes diz ser muito assediada por panfleto na Avenida da Universidade e, não raro, se sente obrigada a receber o material nas ruas. “Às vezes, eles colocam na sua cara. Eu recebo, mas sempre vira lixo”, afirma, apontando para a bolsa que acabara de engolir mais um papel. A estudante até acredita que aquela divulgação possa ter alguma recepção por parte do público, mas, segundo ela, há formas mais eficientes e sustentáveis de publicidade, como redes sociais e mídia eletrônica.

A auxiliar de serviços gerais Sheila da Silva também faz coro à opinião de Celina. “Faz efeito, mas é muito pouco. Normalmente recebo, amasso e jogo no lixo”. Questionada sobre o material de campanha política, como adesivos e santinhos, ela diz que nunca recebe, exceto quando são leques, que podem ser usados para amenizar o calor.

Durante o período eleitoral, a poluição visual e ambiental deve aumentar consideravelmente, especula a Semam. Na campanha, quem receberá as denúncias de publicidade irregular é o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE), informa Maria Luiza Távora. Somente

após as eleições, o balanço será encaminhado à Secretaria. As multas para quem veicular publicidade em espaço indevido podem variar de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil.

Um projeto para limpar a cidade

Na tentativa de organizar e regulamentar a publicidade na cidade de São Paulo, a Prefeitura Municipal regulamentou, em 2006, através de decreto, a Lei nº 14.223, conhecida como Lei Cidade Limpa. O intuito das diretrizes é intensificar a fiscalização da publicidade para coibir a poluição visual e a degradação ambiental, além de preservar a memória cultural e histórica da cidade e facilitar a visualização das características das ruas, avenidas, fachadas e elementos naturais da capital mais populosa do Brasil. Um dos pontos de impacto é a proibição de anúncios publicitários nos lotes urbanos, como muros, coberturas e laterais de edifícios, além de publicidade em carros, ônibus, motos e bicicletas.

A coordenadora da Comissão de Combate à Poluição Visual da Semam, Maria Luiza Távora, acredita que devem existir, em um primeiro momento, ações educativas de conscientização por parte da Prefeitura. Em caso de insucesso, só então o cerco deveria ser apertado. “Cada cidade tem uma forma de trabalhar. Lá (em São Paulo) o processo foi rápido, e a Prefeitura teve menos trabalho do que aqui. A gente faz muito trabalho educativo para depois chegar aos finalmentes”.

Já na avaliação do Prof. Romeu Duarte, uma ação efetiva do poder público precede a educação gradual da população. “Na Avenida Paulista, houve a normatização que privilegiou a arquitetura dos edifícios, acessibilidade e a iluminação à noite. Houve uma recuperação do ambiente urbano. Falta fiscalização e a obrigatoriedade da observância dos padrões dos modelos de propaganda que são determinados pela própria Prefeitura”, explica. O arquiteto defende ainda que a Prefeitura de Fortaleza se utilize do poder de polícia para controlar as irregularidades. **UP**

A demanda por material gráfico aumenta, durante a campanha política, de **30% a 40%**.

267 notificações foram feitas pela Semam somente na Avenida Bezerra de Menezes, em 2011.

33 fiscais

trabalham na Semam, revezando-se entre manhã, tarde e noite.

O **panfleto** utilizado para ilustrar esta matéria foi retirado sem dano ao patrimônio público.

Para denunciar irregularidades de poluição visual em Fortaleza

Ouvidoria da Semam:
(85) 3452.6923

Para denunciar irregularidades durante a campanha eleitoral

Ouvidoria TRE:
(85) 3219.1074

Que futuro queremos?

Especialistas analisam os resultados obtidos na Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada de 13 a 22 de junho, no Rio de Janeiro

Texto: Cleisyane Quintino

Fotos: Davi Pinheiro

Vinte anos depois da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco 92), realizada no Rio de Janeiro, chefes de 193 países tiveram outra oportunidade para refletir sobre “o futuro que queremos”. A Rio+20 reuniu líderes mundiais, empresários, movimentos sociais e organizações não governamentais para apontar medidas capazes de reduzir a pobreza, promover a justiça social e proteger a nossa casa: o meio ambiente.

Com o questionamento “o documento final da Rio+20 oferece os caminhos ou define as metas para alcançarmos o futuro que queremos?”, **UP** procurou pesquisadores da Universidade Federal do Ceará e ambientalistas para avaliar os resultados da Conferência. De acordo com os especialistas, o texto final, em linhas gerais, mostrou-se tímido e sem ambição, recheado de boas intenções, mas sem apresentar metas claras que possam orientar os países a corrigir erros do século XX. Entre elas, a proteção dos solos e oceanos e a limpeza do ar.

“Já temos muito tempo de promessas, mas o que era necessário, um posicionamento dos países de relevância pesqueira com relação à sustentabilidade e à conservação dos recursos pesqueiros, nós não conseguimos na Rio+20”, critica o Vice-Coordenador do Curso de Engenharia de Pesca da UFC, Prof. Raimundo Nonato Conceição, ao avaliar a área temática de oceanos e mares, ecossistema que sustenta a vida na Terra, do documento final.

Embora o Brasil e o Ceará tenham avançado com a criação de um ministério e de uma secretaria para a Pesca e Aquicultura – instrumentos de normatização, fiscalização e proposição de políticas –, ainda é necessária uma ação global para cuidar dos oceanos. De acordo com o Prof. Raimundo Nonato, as águas internacionais prometem grandes explorações, como acontece com a pesca do atum no oceano Atlântico. “Não se sabe se o atum é um recurso brasileiro, africano ou canadense. Então, para administrar sua pesca, deve haver um consenso entre os países. Na Rio+20 não se definiu isso, continua a pendência. Como estará a situação do atum daqui a 20 anos?”, questiona.

Sem definição internacional dos limites de pesca, os países interpretam a seu bel-prazer o que pode e não pode ser pescado. No Brasil, embora a Instrução Normativa nº 206/08, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), proíba a pesca da lagosta-vermelha e da lagosta-verde com menos de 13 e 11 centímetros de cauda, respectivamente, não é estabelecida a quantidade mínima de pesca desse crustáceo durante o ano. Há apenas a proibição da pesca da lagosta de 1º de dezembro a 31 de maio, época em que o crustáceo se reproduz e cresce. “Os japoneses, em seu território, mantêm os níveis de pesca fixados pelo País, mas, em outros espaços, eles não respeitam o tamanho mínimo da lagosta a ser pescada”, afirma o Vice-Coordenador, ao explicar que, atualmente, cada

país se preocupa com sua legislação e se aproveita das brechas nas leis de outras nações.

Por que o documento final decepciona

Não é apenas na área temática dos oceanos e mares que o documento deixa a desejar. Nos demais segmentos prioritários, como segurança alimentar e energia, há mais meras constatações de que o planeta não está bem do que medidas e prazos para reverter a situação, como aponta o próprio documento final da Rio+20. “Concordamos que cada país deve se esforçar para obter um desenvolvimento com baixo consumo de carbono. Encorajamos um uso mais amplo de ferramentas de planejamento de energia para oferecer uma estrutura robusta a doadores e parceiros para coordenar seus esforços de cooperação para o desenvolvimento”, diz o texto sem definir como.

A partir da Eco 92, inaugurou-se o conceito de desenvolvimento sustentável, contribuindo para a conscientização da sociedade e para o fomento de pesquisas com energias renováveis. Mais sensível à necessidade de proteger o meio ambiente, o Governo brasileiro fomentou leis que criaram unidades de proteção ambiental, deu incentivos a programas, tem promovido a educação ambiental e apoiado projetos, como o Fundo Amazônia (www.fundoamazonia.gov.br). Este busca captar doações para investimentos de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de conservação e uso sustentável das florestas no bioma Amazônia.

Talvez por essa trajetória positiva que o Brasil já vinha construindo, a sociedade tenha se decepcionado com os resultados da Rio+20, acredita o Prof. Luiz Antônio Maciel de Paula, do Departamento de Economia Agrícola e Diretor do Centro de Ciências Agrárias da UFC. “Com base num histórico de ações que consolidaram políticas na forma de programas governamentais e no aporte de recursos para projetos ambientais, acreditamos que a Conferência da ONU faria um esforço para dar sequência a essa ação ousada, mas não deu”, opina.

Com isso, pontos importantes que geraram expectativa na sociedade foram protelados para outra ocasião, em 2015, quando se fecham os Objetivos do Milênio, definidos em 2000. Nos próximos três anos, serão determinadas novas metas para redução de emissões de gases poluentes, por exemplo. Entre as ações que ficaram para depois estão a criação de um fundo mundial de US\$ 30 bilhões para o desenvolvimento sustentável e a transformação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em agência ambiental da ONU.

“Tivemos retrocessos, mas ninguém volta para 1992, para a estaca zero. O documento não é satisfatório, mas o evento pautou o mundo todo. A Rio+20, antes de tudo, se colocou como ambiente de discussão e estimulou a reflexão. Isso é pouco porque a sociedade não está habilitada a transformar essas ações em bandeiras de luta”, pondera o Prof. Luiz Antônio.

Na visão da Prof^a Irlés Mayorga, também do Departamento de Economia Agrícola da UFC, é natural que decisões importantes tenham ficado para 2015, pois o documento final não se encerra na Conferência. “É impossível bater o martelo com um documento ideal para todas as nações”, acredita a pesquisadora. Apesar do adiamento de decisões, segundo Irlés, não se pode caracterizar a Rio+20 como fracasso. “Em 1992, falar em sustentabilidade era piada. Hoje, percebemos uma mudança de comportamento na academia e no mercado. Nessa Conferência, os países mostraram os avanços dos últimos 20 anos, através da demonstração de tecnologia sustentável, como o carro movido a eletricidade”, avalia a pesquisadora, que participou das duas conferências da ONU no Rio de Janeiro.

Compromissos voluntários

Enquanto, por um lado, o resultado oficial da Rio+20 foi considerado conservador, por outro, os 705 compromissos voluntários assinados durante a Conferência podem ser motivo de comemoração. Os acordos envolvem governos, empresas, universidades e organizações civis e, no total, serão investidos US\$ 513 bilhões, nos próximos 10 ou 15 anos, em ações nas áreas de transporte e energia limpa, redução de desastres e proteção ambiental.

Ao todo, cerca de 300 escolas de administração se comprometeram a aprofundar princípios de sustentabilidade no ensino e na pesquisa. Isso sem falar na disciplina de Educação Ambiental, que será incluída nos currículos de 250 instituições de nível superior de 50 países, incluindo o Brasil.

Embora significativos na quantidade, o conselheiro da Associação Alternativa Terrazul e um dos organizadores da Cúpula dos Povos (evento paralelo à Rio+20), Pedro Ivo Batista, considera esses compromissos paliativos. De acordo com ele, a Conferência deveria ter apresentado acordos vinculantes fortes, que promovessem o multilateralismo. “A Conferência desviou seus resultados para uma política de acordos bilaterais, com compromisso dos próprios governos





MARCOS DA PREOCUPAÇÃO MUNDIAL COM O MEIO AMBIENTE



Estocolmo, Suécia (1972)

A Conferência produziu a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, apontando princípios de comportamento e responsabilidades que deveriam governar as decisões concernentes a questões ambientais.



Eco 92, Rio de Janeiro, Brasil (1992)

Foram assinados cinco documentos, entre eles a Convenção sobre Mudança do Clima e a Agenda 21, que estabeleceu a importância de cada país refletir sobre as soluções ambientais.



Protocolo de Quioto (1997)

Tratado internacional com compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases responsáveis pelo efeito estufa, causa do aquecimento global. Foi discutido em Quioto, no Japão, em 1997, mas entrou em vigor apenas em 2005. Os Estados Unidos, porém, recusaram-se a ratificar o documento, sob a alegação, do então presidente George W. Bush, de que os compromissos interferiam na economia norte-americana.



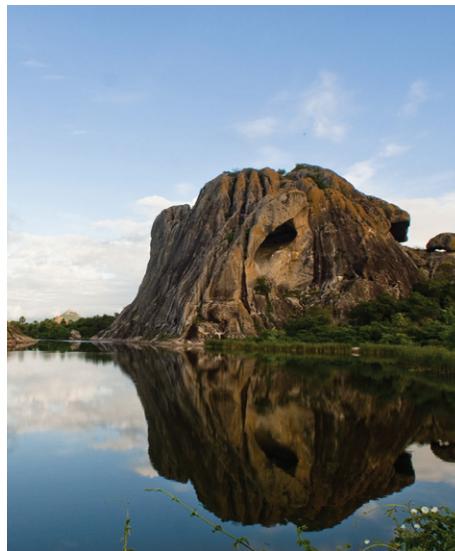
Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, Johannesburgo, África do Sul (2002)

Fórum de discussão das Nações Unidas, também chamado de Rio+10. Teve como objetivo principal discutir soluções já propostas na Agenda 21 primordial (Eco 92), para que pudesse ser aplicada de forma coerente não só pelos governos, mas também pelos cidadãos, implementando uma Agenda 21 local.



Conferência de Copenhague, Dinamarca (2009)

A COP-15 pretendia estabelecer acordo climático global com medidas para impedir que a temperatura do planeta subisse mais do que 2°C até o final do século. Países ricos e emergentes não firmaram compromissos, e os líderes mundiais deram apenas declarações políticas.



UFC NA RIO+20

O Centro de Ciências Agrárias da UFC, juntamente com representantes ambientais de estados do Nordeste e de Minas Gerais, levou à Rio+20 a Declaração da Caatinga, documento que resultou da I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga, realizada em maio, em Fortaleza. A intenção era atrair olhares para o significado da Caatinga, bioma exclusivamente brasileiro com um contingente de 28 milhões de pessoas que, ainda assim, não é patrimônio nacional, como a Mata Atlântica. “A declaração aponta para propostas bem objetivas, como a criação de um fundo para investir na conservação e uso sustentável dos recursos da caatinga”, explica o Prof. Luiz Antônio, Diretor do Centro.

Possibilidades de novas parcerias também surgiram na Rio+20. Segundo o Prof. Luiz Antônio, pesquisadores de universidades americanas e representantes da Câmara Brasil-Israel demonstraram interesse em estabelecer vínculo de trabalho com a UFC em ações voltadas para a agricultura orgânica. Após a Conferência, já foram identificados professores que desenvolvem pesquisas com produtos orgânicos, como o tomate-cereja, o morango e o melão. A ideia é fomentar pesquisas na área para que esse tipo de alimento tenha regularidade na sua produção.

Segundo a ONU, em 20 anos, houve perda de 12% da biodiversidade mundial e 40% mais gases do efeito estufa emitidos

para suas políticas. Essa é uma posição histórica dos Estados Unidos, de sempre investir em acordos bilaterais e nunca querer cumprir acordos multilaterais, como o Protocolo de Quioto”, atenta o ambientalista.

Economia Verde

Durante a Rio+20, foi apresentado o conceito de economia verde, uma forma de “proteger e melhorar a base de recursos naturais, ampliar a eficiência dos recursos, promover padrões de consumo e produção sustentáveis e guiar o mundo na direção do desenvolvimento com baixo consumo de carbono”. No entanto, o documento final da Conferência reitera que não se trata de um conjunto de regras rígidas. Para Pedro Ivo Batista, a economia verde nada mais é do que uma proposta dos países ricos para superar a crise econômica. “É apenas uma saída de mercado. Na verdade, deveríamos ter aprofundado e chegado a uma resolução positiva sobre os caminhos que nos levam a salvaguardar e a garantir os direitos socioambientais de pessoas e avançar no desenvolvimento sustentável”, argumenta.

Para o Diretor do Centro de Ciências Agrárias, Prof. Luiz Antônio, a economia verde é uma tentativa de escamotear a discussão do desenvolvimento sustentável. “O termo satisfaz muito mais ao setor empresarial do que a outra lógica, da sustentabilidade. Não é a toa que o termo foi criticadíssimo. Concordo com a visão de Leonardo Boff (teólogo, escritor e professor universitário), quando ele diz que o correto seria falar de uma economia de baixo carbono”.

A saída apontada por Pedro Ivo Batista está na adoção de uma economia com ações já desenvolvidas por comunidades indígenas e populares, como a economia solidária e a economia da floresta. “Mas insisto em dizer: não é só com economia que vamos chegar a um novo modelo de sociedade numa pers-

pectiva sustentável; é mais complexo do que isso”, alerta o ambientalista, ao afirmar que é necessário combinar economia, cultura e democracia para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Cúpula dos povos

Enquanto, na Rio+20, os chefes de Estado tentavam chegar a um consenso sobre o documento final do evento, representantes da sociedade civil se reuniam em evento paralelo: a Cúpula dos Povos. Durante oito dias, distante da diplomacia, milhares de pessoas participaram de debates e protestos. Assim como a Conferência da ONU, a Cúpula dos Povos apresentou sua declaração final, sintetizada em texto de quatro páginas e 20 parágrafos, onde faz a defesa dos bens comuns e da justiça social e ambiental. O documento faz críticas às instituições financeiras multilaterais, como o G-20, e à maioria dos governos, “por demonstrarem irresponsabilidade com o futuro da humanidade e do planeta”.

O texto, para além da discussão da economia e do modelo de desenvolvimento, exige o reconhecimento do trabalho das mulheres, afirma o feminismo como instrumento da igualdade e defende a autonomia das mulheres sobre seus corpos. Também dá ênfase ao fortalecimento das economias locais como forma de garantir uma vida sustentável.

A Cúpula dos Povos já estava presente na Conferência de 1992, mas, nesta edição, ganhou mais corpo e voz. Além dos ativistas ambientais, endossaram o evento movimentos sociais de abordagens distintas. De acordo com Pedro Ivo Batista, um dos organizadores da Cúpula, a principal diferença de 1992 para 2012 encontra-se na diversidade dos movimentos sociais. “Este ano, houve ampla participação do movimento negro, do movimento de mulheres. Isso formou nova possibilidade para avançar na agenda socioambiental. Cada vez mais, a questão ambiental está internalizada nos movimentos sociais. Em alguns deles, passa a ser uma bandeira das lutas”, afirma.

UP Para ler a íntegra, em inglês, do documento final da Rio+20, acesse: www.rio20.gov.br

Sustentabilidade e Biodiversidade

É com a riqueza dos ecossistemas que a ciência beneficia nossa espécie de forma decisiva

Na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), governantes de diversos países e organizações civis debateram e manifestaram a intenção de “trabalhar em conjunto buscando um futuro próspero, seguro e sustentável para nossos povos e nosso planeta”, como atestam documentos da reunião. Esse modelo de desenvolvimento baseia-se na interação harmoniosa entre os pilares social, econômico e ambiental, cuja implementação demanda a preservação e uso racional da biodiversidade, que vem sendo rapidamente destruída, direta ou indiretamente, pela ação humana, mergulhando o planeta em uma grande crise ambiental.

A solução para essa crise provocada pela atividade do homem parece ficar cada vez mais distante, em parte pela postura individualista que assumimos no dia a dia, mas principalmente pelo grande equívoco de nos premiarmos com o título de espécie mais importante do ecossistema terrestre. Em consequência dessa opção, vivemos e buscamos muito mais do que realmente precisamos. É verdade que somos uma espécie diferenciada, pois transferimos os conhecimentos adquiridos a gerações futuras, criando o patrimônio cultural, característica única do *Homo Sapiens*. Porém, a conta por tal postura começa a ser cobrada através da degradação e contaminação dos solos, desertificação, estresse, poluição aquática e atmosférica, eventos climáticos extremos etc.

Hastear a bandeira do “desenvolvimento” a qualquer preço, desrespeitando e destruindo a diversidade biológica, é postura que merece séria reflexão, não se limitando ao certo ou errado, ao acredito ou não acredito, à verdade ou mentira. Precisamos de reflexões abrangentes e sólidas na direção de práticas sustentáveis. Somos ignorantes a ponto de esquecer ou de não ter a informação de que é da riqueza dos ecossistemas que a ciência e a indústria tiraram partido para beneficiar nossa espécie de forma decisiva.

Vamos restringir os exemplos ao campo da saúde humana, assunto que sempre nos sensibiliza. Uma erva daninha da ilha de Madagascar forneceu alcaloides (compostos base para o desenvolvimento de anestésicos, neurodepressores e analgésicos) que curam a doença de Hodgkin e leucemia infantil aguda; uma substância produzida por um

Hastear a bandeira do “desenvolvimento” a qualquer preço é postura que merece séria reflexão

fungo na Noruega possibilitou a realização de transplante de órgãos; a substância que evita a coagulação do sangue durante e após cirurgias foi desenvolvida a partir da saliva de sanguessugas; o método chamado de PCR (reação em cadeia da enzima polimerase), que revolucionou a biologia molecular com aplicações diversas em replicação de DNA e diagnóstico de doenças, foi desenvolvido graças a uma enzima encontrada em bactérias que vivem, literalmente, na boca de vulcões; e o taxol, um dos principais alcalóides anticancerígenos, foi extraído de uma planta americana. Fica clara, portanto, a necessidade de preservarmos a biodiversidade, pois uma espécie extinta, por mais insignificante que a julguemos, leva junto um enorme patrimônio biológico que poderíamos conhecer e do qual tirar proveito.

A biosfera que nos oferece condições de vida é uma finíssima película (se compararmos o planeta com um ovo, a biosfera seria bem mais fina que a casca) e o único lugar

onde podemos sobreviver naturalmente – mesmo nas regiões mais hostis do planeta, apenas sobrevivemos se nos encapsularmos para suportar as baixas temperaturas. É ilusão pensar que podemos viver (sobreviver até seria possível) em redomas projetadas para nos fornecer ar, água, luz e nutrientes, pois necessitamos do verde, do canto dos pássaros, do sopro do vento, de interagir harmoniosamente com a natureza, graças a uma herança genética acumulada ao longo de milhares de anos.

Ciência e educação, quase sempre ignoradas, são talvez algumas das melhores maneiras de evitar o fim de inúmeras espécies, incluindo a nossa – essa mesma Ciência já nos mostrou que somos extremamente frágeis como espécie. O que realmente mudaria o curso do nosso declínio seria o homem sair do pedestal da arrogância e lembrar que o maior e quase único beneficiado com a preservação da biodiversidade terrestre é ele mesmo. Afinal, apenas três espécies de piolhos dependem diretamente da nossa existência. Tudo, menos as espécies que já destruímos, continuaria na Terra sem sentir falta do *Homo Sapiens*. É muito pouco ou quase nada para quem se julga a espécie mais importante!

Antonio Gomes é Professor Adjunto do Departamento de Física da UFC, onde atua na área de Física da Matéria Condensada com ênfase em nanociência e nanotecnologia.





Todo **domingo, 12h30min**, na **TVC**, Alicianne Gonçalves, Rute de Alencar e Lia Aderaldo levam a você o **Programa UFCTV**. Através de ensino, pesquisa, extensão, cultura, esporte e muito mais, a UFC é apresentada de um jeito diferente. *Reprise* às **terças, 19h30min**. Assista também no portal www.ufc.br e no nosso canal no **Youtube**, na hora em que você quiser.



@ProgramaUFCTV



Programa UFCTV



Programa UFCTV



a Universidade
passa aqui

Sou novas conquistas no futuro. **Sou o desenvolvimento, sou o Banco do Nordeste.**

Sou novos records na indústria, novos frutos na agricultura, novas oportunidades no comércio, novas formas de fazer história virar cultura. Sou mais trabalho, investimento e apoio para uma Região que cada vez mais se fortalece. **Eu sou novas conquistas, eu sou o Banco do Nordeste.**

Banco do Nordeste.
Há 60 anos, o desenvolvimento **é o nosso forte.**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

 **Banco do Nordeste**

www.bnb.gov.br - 0800 728 30 30

